Carmem Silvia Rotondano Taverna

Entre a Saúde e a Educação

o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo (1975 – 1989)

pimenta cultural

Carmem Silvia Rotondano Taverna

Entre a Saúde e a Educação

o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo (1975 – 1989)

| São Paulo | 2025 |

pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

T233e

Taverna, Carmem Silvia Rotondano -
Entre a Saúde e a Educação: o caso do serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo (1975 - 1989) / Carmem Silvia Rotondano Taverna. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-309-7
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-300-4

1. Psicologia Escolar. 2. Psicologia Educacional. 3. Psicologia da Educação. 4. História da Psicologia no Brasil. 5. História da Profissão de Psicólogo. I. Taverna, Carmem Silvia Rotondano. II. Título.

CDD: 370.15

Índice para catálogo sistemático:
I. Psicologia da Educação
Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 a autora.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<https://creativecommons.org/licenses/>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	davimarquesbroca, rawpixel.com - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Abril Text, Acumin Pro
Revisão	Janaina Cristina Barêa Lilian Suzuki
Autora	Carmem Silvia Rotondano Taverna

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2025

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS
E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

SUMÁRIO

Apresentação 10

Marilene Proença Rebello de Souza
Prefácio 11

Introdução 15

CAPÍTULO **1**

Um momento especial na educação brasileira 23

CAPÍTULO **2**

A assistência às crianças das camadas populares na cidade de São Paulo 34

Os Parques Infantis 35

O agrupamento das escolas isoladas existentes na prefeitura de São Paulo:
a estruturação do Ensino Primário e a Consolidação da Psicologia 40

CAPÍTULO **3**

A Psicologia Clínica e Escolar Preventiva 50

CAPÍTULO **4**

O embate entre forças antagônicas:
a Psicologia Escolar-Clínica Preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar 62

Psicólogo Escolar,
um profissional da Educação? 69

CAPÍTULO 5
A transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal da Saúde 77

Considerações finais 88

Referências 94

Anexo 102

Sobre a autora 126

APRESENTAÇÃO

O caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo – PMSP (1975-1989) é exemplar para a compreensão do conflito que se estabeleceu e ainda se estabelece na Psicologia Escolar ao relacioná-la à área da Saúde e à área da Educação. Em forma narrativa, este livro, analisa e interpreta documentos, relacionando-os entre si, com alguns dos acontecimentos que marcam a história do Brasil, da psicologia e da própria profissão de psicólogo. Tem como propósito oferecer um quadro de referências, que retrate não só as origens do Serviço de Psicologia Escolar no processo social e cultural da realidade brasileira, mas também evidenciar fatores estruturais e conjunturais, bem como as ideologias presentes nas vicissitudes desse Serviço.

PALAVRAS-CHAVE

psicologia escolar, psicologia educacional, psicologia da educação, história da psicologia no Brasil, história da profissão de psicólogo.

PREFÁCIO

Prefaciar o livro de Carmem Silvia Rotondano Taverna é uma daquelas honrosas experiências a que somos convidados a viver no interior da trajetória profissional e pessoal. Um dos raros privilégios acadêmicos, pois é por seu intermédio que somos conduzidos àqueles que constituíram a Psicologia na interface com a educação na cidade de São Paulo e que, pela importância desse município no cenário nacional, protagonizaram a história da Psicologia no Brasil. Trata-se de um trabalho, que dentre outras questões, revela interesses, impasses, lutas, conquistas de um conjunto de profissionais psicólogos que consideraram ser a educação um importante espaço institucional de atuação, ainda em meados dos anos 1970.

Uma história pouco conhecida, porque ainda não sistematizada até o trabalho de Carmem, revela, nas palavras da autora — cuidadosamente descritas, minuciosamente apresentadas — a importância que a Psicologia possui no interior das políticas públicas de educação, principalmente aquelas voltadas para as crianças das camadas populares, desde os primeiros parques infantis fundados nos anos de 1935 e sua relação com o ideário da Revolução de 1930.

Dentre outras virtudes, este livro, fruto de trabalho de pesquisa meticulosa, de caráter documental e analítico, em nível de pós-doutorado, busca estabelecer, no interior de seu texto, a tensão vivida pelas diferentes visões de mundo, de sociedade, de Psicologia e de Educação que permearam as propostas de atendimento e de entendimento dos encaminhamentos escolares. Esta tensão se manifestava nas práticas psicológicas instituídas, nas vanguardas instituintes, nas políticas de educação e de saúde para a manutenção do *status quo*, nas ações militantes de alguns psicólogos, na inserção de propostas de cunho marxista, nas visões pragmáticas

e avaliativas do desempenho escolar, dentre outras. Além disso, a autora foi uma das psicólogas que constituiu o Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo, estudando-o também por meio de pesquisa de doutorado defendida em 2003, na Pontifícia Universidade de São Paulo.

O trabalho ora apresentado é fruto de análise de importante acervo de documentos oficiais e publicações sobre psicologia escolar, organizados em três linhas do tempo dos anos 1930 aos anos 1990: fatos e eventos marcantes da educação brasileira e da prefeitura de São Paulo; fatos ou eventos específicos na educação da prefeitura de São Paulo e da psicologia na Secretaria Municipal de Educação.

Carmem demonstra que temas que hoje são muito atuais na discussão educacional, tais como, analfabetismo, municipalização do ensino, educação das camadas populares, papel da educação infantil, dentre outros, foram objeto de vários debates e ações nos anos 1950, culminando, em 1956, com a criação de um setor específico para as políticas em educação primária no município, o Departamento de Educação da Prefeitura de São Paulo, bem como serviços de atendimento com foco em crianças e educadores, realizando, inclusive cursos de orientação para o desenvolvimento infantil, por meio de Clínicas Psicológicas da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Portanto, é no conjunto das discussões educacionais e dos modelos clínicos da Psicologia, no âmbito da educação, que é gestada o que a autora denomina de Psicologia Clínica Escolar Preventiva, cuja proposta é descrita neste trabalho como profilática, comunitária, em escolas periféricas, integrando técnicas psicológicas às questões educacionais e priorizando ações integradas entre psicólogos, assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, pais e professores, com ênfase nos ingressantes e naqueles que deixavam a 8ª série do então 1º Grau. Implantado em 1975, o Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo, chegou a contar com um quadro de 95 psicólogos, responsabilizando-se por praticamente a metade da rede municipal da época, formada por 500 escolas.

Desde sua implantação, a efervescência das discussões no interior da Psicologia enquanto ciência e da Psicologia Escolar na condição de área de aplicação dos conhecimentos da Psicologia, a organização política da sociedade brasileira pela democracia contribuíram, sobremaneira, para o incremento da articulação de psicólogos em associações, sindicato e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, bem como, para a constituição de espaços de formação que conduzissem para uma nova orientação para a prática profissional, alicerçada no que Carmem denomina de "dimensão política do trabalho do psicólogo escolar".

Se, por um lado, as concepções de atuação de psicólogos no âmbito educacional caminharam na direção de buscar novos rumos e concepções teórico-metodológicas para a ação, por outro, tiveram que enfrentar, de alguma forma, os reveses de administrações e de incertezas no plano técnico-político e organizativo dos psicólogos que não apoiaram, em certo momento da trajetória dessa discussão, a constituição de um projeto político que pudesse responder às necessidades educacionais no município, tampouco para a Psicologia no âmbito da educação.

Esta seria uma história sem um final minimamente feliz? Como compreender esta trajetória e seus desdobramentos? Que aprendizagens tais fatos nos propiciam no campo da compreensão da Psicologia enquanto profissão? Estas são questões que este trabalho permite construir, dentre tantas outras reflexões. Além disso, ele nos ensina que não é possível compreender uma profissão e sua inserção social sem que se tenha claramente estudado a sua história, a sua trajetória em um determinado contexto político e social, sob a pena de repetirmos e de chamarmos de inédito, aquilo que foi realizado há tantas décadas atrás.

Na condição de psicóloga e de professora que tem atuado e pesquisado a área da Psicologia Escolar, considero que este trabalho tece uma série de tramas de uma história que não estava

documentada, articulada, compreendida. Este é o nosso agradecimento à Carmem, por contribuir com a compreensão da área, da sua história e da história de cada um de nós que nela nos inserimos de alguma forma.

Marilene Proença Rebello de Souza

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde os anos 1980, a história da Psicologia consolidou-se como área específica de pesquisa e ensino e os trabalhos historiográficos apontaram para mudanças significativas na direção de se estudar as relações entre o conhecimento psicológico e a sociedade, o que foi considerado, pelo historiador da Psicologia Josef Brozek, um desafio para a área (Campos, 1998, p. 17). Essa proposta tem apoiado o trabalho não só de pesquisadores da História da Psicologia, mas também, de docentes dos cursos de graduação em Psicologia preocupados em destacar tanto o conhecimento produzido, como os processos sociais e culturais de diferentes realidades, relacionando-os ao tempo histórico nos quais foram engendrados e desenvolvidos.

Também a abordagem social em história da Psicologia tem fundamentado diversos trabalhos historiográficos, incluindo este ora apresentado, permitindo a compreensão das transformações ocorridas na Psicologia a partir da trama das relações sociais, políticas, econômicas e culturais características do tempo e do movimento histórico. Assim, para compreender historicamente a Psicologia é preciso considerar, de acordo com Antunes (1998).

> as necessidades existentes na realidade em que se insere, nos fatores conjunturais e estruturais presentes, nas relações de força que se plasmam naquele momento histórico e naquela situação específica, nas ideologias que transitam na formação social em questão, nos valores, representações e ideias que nela veiculam (p. 366).

E, ainda, é necessário, de acordo com a mesma autora, "identificar e situar o ponto de vista dos sujeitos que a constroem, sua inserção social, as concepções e os interesses, de que se tornam

porta-vozes", mesmo porque, "longe estão de qualquer neutralidade ou acima das ideias e práticas que permeiam a sociedade da qual fazem parte" *(id.).*

Portanto, neste trabalho, o que se pretende é construir uma história crítica: uma ponte entre a história e a Psicologia (Woodward, 1998), capaz de nos ajudar a entender a sociedade contemporânea (Hobsbawn, 1998, p. 48). Especificamente, pretende compreender o movimento da Psicologia Escolar na Prefeitura de São Paulo – PMSP e a tensão dessa área entre a Saúde e a Educação.

São algumas as razões que colocam o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo como importante referência para a História da Psicologia no Brasil: é um dos projetos pioneiros[1] na abertura do campo de trabalho do psicólogo e na delimitação do campo da Psicologia Escolar, responsável pela institucionalização da Psicologia Escolar na rede pública de ensino da cidade de São Paulo; é um projeto que expõe a contradição entre a Psicologia Clínica exercida na escola e o compromisso da área com a educação, em um período, em que a Psicologia Clínica era a principal área de orientação para a atividade profissional, como mostra Sylvia Leser de Mello (1978) na primeira análise da profissão realizada em São Paulo, quando a profissão era principalmente exercida, de modo autônomo, em consultório particular, centralizada no indivíduo, seguindo o modelo médico das patologias e desvios.

Nesse contexto, a implantação do Projeto Piloto de Psicologia Escolar na PMSP, foi um desafio. Os psicólogos escolares, além de utilizar conhecimento e instrumental específico da área, precisariam compreender as relações entre escola e sociedade e, ainda, enfrentar as diferenças e divergências com os outros profissionais que ali trabalhavam e que compreendiam a tarefa do psicólogo como clínica

1 A implantação do Projeto Piloto de Psicologia Escolar na PMSP ocorreu no Departamento de Assistência Escolar da Secretaria Municipal de Educação, em 1975.

apenas. O projeto, ao contrário, apresentava uma proposta de ação eminentemente profilática, de abrangência comunitária, em escolas localizadas na periferia geográfica da cidade de São Paulo e tinha por objetivo facilitar o processo educativo, através da integração das técnicas psicológicas no processo multidisciplinar da educação.

É importante enfatizar que nessa ocasião, o Brasil estava imerso na ditadura militar e consequentemente, a marca autoritária e centralizadora podia ser percebida nas escolas, nas quais o trabalho estava centralizado nas mãos do diretor. Era o diretor quem definia a participação dos psicólogos escolares, principalmente, no atendimento às crianças, ou classes, consideradas como problemas. Desse modo, foi a partir de uma base clínica, reconhecida e aceita pelos educadores, que os psicólogos conseguiram conquistar um espaço de trabalho, aproximando-se dos professores e diretores.

O movimento da Psicologia Escolar na PMSP continuou até o final de 1989, quando o Serviço foi extinto. Pormenores dessa história são relatados neste livro, que foi motivado por duas pesquisas. Uma delas foi o trabalho realizado no doutorado (Taverna, 2003), que utiliza como matéria-prima documentos que foram submetidos à análise e interpretação e apresentados na forma narrativa, apoiada também na memória da autora, desde que trabalhou como psicóloga no Serviço de Psicologia Escolar, da Secretaria da Educação da PMSP, de 1978 até a sua extinção. Para tanto, os documentos pesquisados foram relacionados entre si e com alguns dos acontecimentos que marcaram a história do Brasil, da Psicologia e da profissão de psicólogo.

Documentos encontrados em arquivos públicos municipais e de psicólogos que trabalharam no Serviço de Psicologia Escolar[2]

2 Referência Legislativa Municipal de São Paulo; Memória Técnica Documental, pertencente ao Núcleo de Documentação da Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, além dos arquivos pessoais da autora e de Maria Cristina Antunes Horta, psicóloga escolar.

constituíram as fontes primárias da pesquisa: legislação – atos, projetos de lei, decretos, portaria e leis; material de divulgação – produzido pela Secretaria Municipal de Educação ou em algumas de suas unidades, como também, entrevista e documentário de fotos; material de trabalho – orientações aos psicólogos escolares, aos assistentes pedagógicos, orientadores educacionais e professores das escolas denominadas à época de 1º grau e educação infantil e a professores; cursos, programados pelo Setor de Psicologia, ministrados por psicólogos e cursos programados pela ou para a Secretaria Municipal de Educação, dos quais psicólogos escolares participaram; seminários, encontros e congressos dos quais esses psicólogos participaram; textos de diversos autores utilizados em treinamentos do Serviço de Psicologia Escolar.

Em busca da possível origem dessas decisões, o questionamento levou às diretrizes da Revolução de 1930 e a consequente proposta de assistência à criança das camadas populares na prefeitura de São Paulo. E, no limite oposto, à extinção do Serviço de Psicologia Escolar, em 1989.

Dados sobre educação e ensino municipal, sobre Psicologia Escolar na prefeitura de São Paulo, e livros sobre Psicologia Escolar, publicados por autores brasileiros, entre os anos 1970 e 1984, constituíram as fontes secundárias, que, todavia, foram analisadas como documentos.

A partir da identificação do material, foi elaborado um quadro geral, contendo a referência de cada documento. A leitura e a descrição dos documentos resultaram na elaboração de três linhas de tempo, que apresentam respectivamente, alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil ou na prefeitura de São Paulo; fatos ou eventos marcantes específicos na educação da prefeitura de São Paulo e da Psicologia na Secretaria Municipal de Educação, desde os anos 1930 até o início dos anos 1990 (Anexo).

A outra pesquisa que subsidia este trabalho é a de pós-doutorado, que ordena conteúdo e forma deste livro, e foi realizada na perspectiva de colocar os dados à disposição dos professores de História da Psicologia no Brasil como material didático e também, como um arquivo que acompanha qualquer interessado na área. A direção para a elaboração do arquivo deu-se a partir da experiência da autora como professora da disciplina História da Psicologia para estudantes que iniciavam o curso de graduação em Psicologia e como pesquisadora em História da Psicologia, integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História da Psicologia da PUC-SP.

A revisão e organização dos dados existentes, analisados na tese de doutorado, e dos dados obtidos nas novas pesquisas realizadas no pós-doutorado nas áreas: História do Brasil, História da Psicologia no Brasil e História da Educação no Brasil resultaram no argumento que dá título a esta publicação, quando pode ser enfatizado o conflito que se estabeleceu e ainda se estabelece na Psicologia Escolar ao relacioná-la à área da Saúde e à área da Educação.

Para estimular a reflexão sobre esse conflito tão claramente exemplificado no caso do Serviço de Psicologia Escolar da PMSP, seguem os capítulos: Um momento especial na educação brasileira; A assistência à criança das camadas populares na cidade de São Paulo; A Psicologia Clínica Escolar Preventiva; O embate entre forças antagônicas: a Psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar; A transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde.

No capítulo "Um momento especial na educação brasileira" são apresentadas as condições históricas que impulsionaram o Estado brasileiro a atender educacionalmente às camadas populares; o ideário da Escola Nova, que privilegia a educação para a consolidação da nova sociedade urbano-industrial, e os avanços da

Psicologia na construção de material técnico e conhecimento científico para auxiliar na prática pedagógica.

No capítulo "A assistência à criança das camadas populares na cidade de São Paulo" está especificada a proposta pedagógica dos Parques Infantis (1935) e sua vinculação aos serviços de saúde e educação do estado de São Paulo; a criação do Setor de Psicologia Clínica e o desenvolvimento do trabalho, nas décadas 1950, 1960, e primeira metade da década de 1970, que consistia em diagnosticar, oferecer terapia às crianças encaminhadas pelas escolas e parques, e promover cursos para orientar educadores quanto aos aspectos psicológicos do desenvolvimento infantil.

No capítulo "A Psicologia Clínica Escolar Preventiva" são apresentadas as justificativas para a implantação do Serviço de Psicologia Escolar, advindas de discussões sobre a prática clínica realizada pelos psicólogos clínicos, em consonância com os questionamentos que passaram a ser feitos em relação à profissão de psicólogo, à época. Destaca-se ainda, a abertura do novo campo para a atuação da Psicologia na Secretaria Municipal de Educação, marcando o início da busca de uma identidade profissional do psicólogo escolar, entre os anos 1975 e 1979.

O capítulo "O embate entre forças antagônicas: a Psicologia escolar-clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar" apresenta a preocupação de um grupo de psicólogos com a inserção da Psicologia no contexto social brasileiro, o questionamento com o modelo médico, até então adotado – o Brasil vivia tempos de redemocratização (1980-1985) – e as orientações dadas aos psicólogos escolares, ainda caracterizadas pela realização de diagnóstico baseado na queixa escolar. Várias obras foram publicadas no período, além de congressos e outros eventos, demonstrando a necessidade de definição da área Psicologia Escolar.

O capítulo "A transferência dos psicólogos da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde"

abrange o período de 1986 a 1989, mostrando como uma política populista e autoritária se instalou na Secretaria Municipal da Educação, impedindo o processo de discussão sobre a prática do psicólogo escolar. Esse período caracterizou-se como tempo de desesperança e frustração, não só para os psicólogos escolares da Prefeitura de São Paulo, mas para toda a sociedade brasileira. O problema do fracasso escolar continuou na pauta das discussões na área da Educação, mas essas discussões ganharam expressão na área da Saúde. Em 1989, assumiu nova administração municipal, trazendo um modelo de atenção à saúde mental, idealizado de acordo com a Constituição de 1988. E, por decreto, determinou-se a participação dos psicólogos escolares nas equipes multiprofissionais de saúde.

A leitura deste livro, portanto, poderá problematizar questões atuais e relevantes: O que faz um psicólogo na escola? Atende as queixas escolares? Preocupa-se com os problemas de aprendizagem? Se sim, qual seria, então, a diferença entre trabalhar na escola ou em um serviço de saúde? Seria o psicólogo aquele que resolve os problemas? Mas, como compreende esses problemas? Busca no próprio sujeito ou no também chamado aluno a resposta para os problemas educacionais? E assim, volta-se ao diagnóstico e tratamento do "paciente", buscando respostas nas suas características de personalidade, na sua capacidade intelectual, nas relações familiares? Ou, em contraposição, reconhece que os problemas são multideterminados e trata de conhecer suas origens, compreender os processos educacionais e trabalhar para a transformação desses processos? Poderia colaborar para a humanização das relações na escola? Poderia ser um dos profissionais a fazer parte do coletivo da escola, considerando que é este coletivo que problematizará os processos educacionais e criará novas metodologias de intervenção, como a definição do planejamento e diretrizes educacionais? A Psicologia dispõe de quais teorias e técnicas para responder às questões escolares/educacionais? Afinal, a Psicologia tem conhecimento produzido que coloca o psicólogo como profissional

integrante da equipe de Educação ou nosso conhecimento é específico da área da Saúde? Está a serviço de quem? Qual pode ser a função de um Serviço de Psicologia Escolar? Em especial, um serviço público, como o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo?

1

UM MOMENTO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os projetos do governo municipal de São Paulo na educação e a participação da Psicologia em suas orientações nos levam à década de 1930, com a criação dos Parques Infantis (1935) nos bairros operários da cidade e à proposta de assistência à infância. Os Parques tinham por objetivos: "colaborar na obra de preservação social e contribuir para a educação sanitária das crianças" (Prefeitura do Município de São Paulo. Ato nº 767, art. 2º).

Esses objetivos retratam como as ideias sobre a importância da educação infantil no espaço público foram articuladas, no sentido de cumprir o propósito de estruturação da sociedade brasileira moderna.

Já nas duas primeiras décadas do século XX havia uma mobilização ampla da sociedade arregimentando, além dos interesses médico-higienistas, interesses jurídicos e religiosos. Destacam-se, no período, as ideias "educar para higienizar", ou "o direito à saúde", que fundamentaram a política sanitária adotada no Brasil, demonstrando a interdependência entre as áreas da Medicina, Direito, Sociologia e Pedagogia (Kuhlmann Jr., 2002).

Quanto à Pedagogia, as novas ideias traziam "como postulado científico que a educação da criança repousaria sobre um problema de psicologia aplicada" – conhecer a psicologia da infância, respeitando-se o seu caráter individual, suas aptidões e tendências inatas (*id.*, p. 426-427).

A psicologia científica, portanto, já encontrara espaço de penetração e desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX no Brasil, principalmente, pelos estudos realizados por médicos e educadores, nos laboratórios de psicologia, sendo ampla a gama de produções sobre: inteligência, aprendizagem, rendimento escolar, memória, personalidade, aptidões, seleção e orientação profissional. São reconhecidas as produções do Instituto de Psicologia de Pernambuco, criado em 1925 por Ulysses Pernambucano e do laboratório de Psicologia da Escola Normal a ele vinculado, da

Escola de Aperfeiçoamento para professores de Minas Gerais, com o Laboratório de Psicologia criado por Helena Antipoff, em 1929, e dos laboratórios criados nas Escolas Normais de Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza e São Paulo. Esses centros, além de produzirem testes psicológicos de nível mental e de aptidão, revisavam, adaptavam e padronizavam testes à realidade brasileira, evidenciando sua participação e colaboração na construção de um país moderno (Antunes, 1999, p. 75-82).

Na cidade de São Paulo, especificamente, o processo de industrialização e urbanização, já nas duas primeiras décadas do século XX, ocasionara a formação dos corredores de indústrias em alguns bairros, como Brás, Mooca, Bom Retiro e Ipiranga, nos quais sugiram as chamadas "habitações do proletariado": habitações coletivas – cortiços. As famílias de operários eram então caracterizadas, pelos diversos profissionais que se ocupavam dos problemas sociais, como vivendo na promiscuidade e as crianças como abandonadas, visto as mulheres trabalharem para complementar o orçamento; mal alimentadas e vivendo na rua sem cuidados, as crianças eram vítimas frequentes das epidemias de tifo, tuberculose, diarreias e outras doenças.

Os próprios operários reivindicavam melhores salários e condições de vida. Inicialmente, direcionavam suas reivindicações aos donos das indústrias e posteriormente ao Estado, destacando-se a exigência de locais que se responsabilizassem pela guarda e que oferecessem os cuidados necessários às crianças enquanto suas mães trabalhavam. No entanto, ao que parece, nenhuma iniciativa governamental no município de São Paulo, demonstrou interesse em solucionar essas questões, até a década de 1930, quando outras condições históricas assim determinaram.

No contexto do movimento de 1930, novas exigências voltadas à educação, à saúde e à cultura foram impostas ao país e com elas a preocupação das elites para com a educação dos filhos dos

operários. Isto porque o governo de Getúlio Vargas preocupou-se com a camada operária e sua participação, mais por uma necessidade histórica de modernização do modo de produção capitalista – escolarizar as camadas populares – do que talvez por sua própria vontade de inseri-los no movimento.

Entretanto, não se pode negar a participação operária no movimento (Fausto, 1978, p. 245). Afirma o autor que "um dado oculto na revolução [1930] é o papel desempenhado pela classe operária que aparece mais como um problema do que propriamente como personagem". Fausto considera, no entanto, ter sido possível que as greves nos grandes centros, sobretudo a partir de 1929, motivadas pela defesa dos níveis de salário e contra o desemprego, tenham colaborado com o inconformismo das classes médias, participantes da aliança do movimento de 1930, o que pode definir, em parte, a luta por maior atenção aos problemas sociais. Embora a camada operária não tenha participado como categoria social nesse movimento, há indicações da sua simpatia e aproximação a ele e, como exemplo, Fausto cita a adesão de operários do bairro do Brás ao cortejo de Getúlio Vargas, quando, ainda candidato, visitou a cidade de São Paulo.

De todo modo, novas forças sociais foram impulsionadas com esse movimento. Setores populares urbanos se expandiam e diferenciavam-se internamente com o avanço da industrialização, do mesmo modo o setor de serviços foi estimulado pela industrialização, fortalecendo-se politicamente. Era, portanto, preciso que o governo atendesse de alguma maneira, a esses setores e oferecesse algum tipo de assistência às crianças da camada operária, envolvendo ao mesmo tempo a educação e a saúde (Pereira, 1974).

O Estado criou em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a responsabilidade de Francisco Campos[3]. A criação

3 Francisco Campos além de ministro da Educação e Saúde Pública (1930-1932) foi também o principal redator da Carta de 1937 que instaurou o Estado Novo. Também colaborou na elaboração das leis autoritárias, em 1964 (Fausto, 1995, p. 337).

desse ministério pode ser considerada como marco inicial de uma visão centralizadora com respeito à educação – a ser promovida do centro para a periferia. Com uma política autoritária, o então ministro fez uma profunda reforma na estrutura do ensino e a impôs a todo o território nacional. Sem dúvida, a Reforma Francisco Campos inovou o sistema escolar, porém não eliminou a tradicional concepção liberal-aristocrática (Fausto, 1995).

A lei refletiu a contradição da vida política e social brasileira, como também, a luta ideológica, na qual estavam mesclados os aspectos político, econômico e religioso dos defensores do chamado movimento conservador, principalmente da Igreja Católica, que enfatizava o papel da escola privada e do ensino diferenciado entre meninos e meninas, e daqueles adeptos às ideias do grupo "renovador" – reformadores liberais – que apoiavam a institucionalização da escola pública e sua expansão.

O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", publicado em 1932. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo[4], com apoio especial de Anísio Teixeira[5] e Lourenço Filho[6], que pode ser considerado

4 Fernando de Azevedo (1894-1974), bacharel em Direito iniciou sua carreira como jornalista em O Estado de São Paulo, chegando a ocupar o lugar de redator e crítico literário. Foi diretor da USP (1941-1943), secretário da educação do estado de São Paulo (1947), secretário da educação do município de São Paulo (08/04/61-25/09/61), na gestão do prefeito Francisco Prestes Maia, dentre outras atividades (Prefeitura do Município de São Paulo e EMEF Prof. Fernando de Azevedo, n.d.).

5 Anísio Teixeira (1900-1971) "fez parte de uma geração de intelectuais, cuja preocupação maior, na 1ª metade do século XX, foi a de organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade, [...] ao contrário de Gustavo Capanema [Ministro da Educação do governo Vargas], que pensava a reconstrução do país pelos valores nacionais inculcados nas massas para facilitar o processo de aceitação da autoridade dos seus líderes" (Nunes, 1999, p. 56-61).

6 Lourenço Filho (1897-1970), professor e advogado; dirigiu o Laboratório de Psicologia da Escola Normal de São Paulo (1925), foi Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo (1930), "implantando classes homogêneas com base em resultados de testes". Publicou: *Testes ABC* e *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (Antunes, 2001, p. 209-211).

"um dos primeiros psicólogos brasileiros e um dos mais importantes protagonistas que levou ao estabelecimento definitivo da Psicologia científica e da profissão de psicólogo no Brasil" (Antunes, 1999, p. 72).

O Manifesto propunha a adoção da escola pública e gratuita, para meninos e meninas desde a educação infantil à universidade, com educação igual e comum. Defendia a implantação da educação integral, pretendendo estabelecer uma relação entre educação e desenvolvimento, colocando a educação em situação privilegiada para a consolidação da nova sociedade urbano-industrial. Para os signatários do Manifesto,

> [...] a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática contra a velha estrutura do serviço educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classes, a que ela tem servido, a educação perde o "sentido aristológico", para usar a expressão de Ernesto Nelson, deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um "caráter biológico", com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento" [...] (Azevedo, F. *et al.*, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932, p. 5).

À Psicologia, em sua vertente educacional, caberia oferecer conhecimento sobre o desenvolvimento da criança em suas dimensões: intelectual e de personalidade e, por meio de testes, estudar e identificar as diferentes características de personalidade, níveis

de inteligência, aptidões, motivações, vocações de cada indivíduo, futuro trabalhador. Auxiliaria, portanto, na busca de meios mais eficientes para a ação educativa.

Influenciados pela produção europeia e norte-americana dos testes de inteligência, dos testes específicos de aptidões e interesses; dos inventários de personalidade, dos testes projetivos, Lourenço Filho, Helena Antipoff e Ulisses Pernambucano se destacam na produção de testes nacionais.

A Psicologia ganha o meio acadêmico nos cursos de Filosofia e Pedagogia, com a disciplina obrigatória Psicologia Diferencial e suas técnicas de identificação, classificação das diferenças individuais. Consequentemente, expande sua aplicação, por meio da psicotécnica/psicometria, nas áreas da educação e do trabalho.

A partir de 1934, no então Ministério da Educação e Saúde Pública, dirigido por Gustavo Capanema[7] articula-se um novo Sistema Cultural, aglutinando nomes expressivos da música, da arquitetura, da pintura, das letras: Heitor Villa-Lobos, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, Cândido Portinari, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco, Rodrigo Melo Franco de Andrade. É o poeta Carlos Drummond de Andrade seu chefe de gabinete. Na gestão de Capanema são também, retomadas as campanhas sanitárias e intensificados os debates sobre a educação nacional; o pensamento conservador passou a se destacar, na mesma medida em que o sistema político se fechava.

A repressão ao levante comunista de 1935 prenunciava a ditadura do Estado Novo. Expressam-se, nesse momento, por meio da Ação Integralista Brasileira, de inspiração fascista, o nacionalismo exacerbado, o autoritarismo, a intolerância e o racismo, conceitos que subsidiavam as explicações sobre o atraso brasileiro (Lopes e Mota, 2008, p. 675-677).

7 Gustavo Capanema foi, em sua longa gestão (1934-1945), inspirado por Francisco Campos e por Alceu de Amoroso Lima, intelectual conservador católico (Fausto, 1995, p. 337).

Contribuem para essa interpretação posicionamento de psiquiatras e intelectuais reunidos na Liga Brasileira de Higiene Mental, constituindo uma tendência ao defenderem o ideal eugênico. Atribuem o atraso ou o entrave ao progresso brasileiro à diversidade de raças, sobretudo à presença da raça negra, considerada inferior, pois trazia em si os germes da apatia, da indolência e da preguiça, e era propensa à degeneração psíquica. Esses profissionais atuam na profilaxia e educação do indivíduo "normal" – na prevenção de doenças físicas, mentais e morais.

Entretanto, nem todos pensavam assim. Arthur Ramos, Mario de Andrade, Anísio Teixeira, Sérgio Buarque de Holanda se destacam na oposição ao racismo. Importante lembrar que discussões contra a posição racista são realizadas, desde as obras de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Manoel Bonfim (*id.*, p. 704-716).

Havia na Liga Brasileira de Higiene Mental, além dos médicos que compartilhavam com a concepção eugênica e antropológica social, médicos de orientação psicanalítica, como Durval Marcondes, em São Paulo (Sagawa, 2002) e Arthur Ramos, no Rio de Janeiro, que unem seus conhecimentos às necessidades de entendimento psicológico da infância para a prevenção de problemas (Ramos, 1939). Ambos são fundadores e diretores, nas Secretarias de Educação, em seus respectivos estados, do Serviço de Higiene Mental Escolar.

Importante foi a influência de Durval Marcondes, no trabalho realizado na prefeitura de São Paulo. Psiquiatra e psicanalista fundou o Serviço de Higiene Mental Escolar na Secretaria da Educação do Estado, em 1938. Marcondes une seus conhecimentos psicanalíticos às necessidades de entendimento psicológico da infância e organiza no Serviço de Higiene Mental Escolar, que abriga: clínica de orientação infantil e consultórios psicológicos; classes especiais para deficientes mentais na perspectiva de oferecer-lhes desenvolvimento de acordo com seu potencial, não impondo padrões de "normalidade". Organiza também um setor de pesquisa e ensino para formar

técnicos especializados em Higiene Mental, incluindo o grupo de "educadoras sanitárias", que trabalhava em atendimento psicológico (clínico) infantil e o serviço-social psiquiátrico (Marcondes, 1946).

Portanto, médicos compartilham uma nova proposta para a Educação infantil, ou como denominada à época, Educação Pré-escolar pública: em atividades organizadas, de acordo com o estágio de desenvolvimento da criança, exercitando os sentidos, com assistência médica preventiva para o desenvolvimento de hábitos saudáveis e alimentação adequada, estariam garantidas melhores condições de vida às crianças (Miranda, 1941).

Compartilham também novo método, o clínico, para tratar as crianças que apresentam problemas escolares, tanto de aprendizagem como de comportamento.

A vertente educacional apoia-se na atitude experimental, cujo objetivo era criar "uma situação e controlar artificialmente todos os fatores, de maneira a estudar as variações relativas das respostas ou as variáveis dependentes em relação à ou às variáveis independentes, fazendo abstração do conjunto [...] ou de uma parte de suas condições" (Azzi, 1965, p. 49). Assim, uma nova atitude se impõe: a atitude clínica, entendida como a prática de

> encarar a conduta individual dentro de sua perspectiva própria, apanhar o mais fielmente possível as maneiras de ser e de reagir de um ser humano concreto em contato com situações percebidas e vividas, estabelecer a significação da conduta, sua estrutura e gênese, desvendar tensões e conflitos que a motivam e os mecanismos que tendem a resolvê-los (*id.*).

Assim, a Psicologia avança apoiada nas duas vertentes metodológicas: experimental e clínica, articulada ao projeto social brasileiro e empenhada na construção de instrumental técnico e conhecimento científico para auxiliar a prática pedagógica. A importância da Psicologia e sua interdependência das áreas da Medicina,

Direito, Sociologia fica evidente, quando da realização do I Congresso Paulista de Psicologia, Neurologia, Psiquiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminal, em 1938.

Importante considerar ainda, que durante os anos 30, as medidas centralizadoras do governo Vargas estenderam-se aos campos: social, político e econômico. No âmbito econômico, por exemplo, a situação depressiva da cafeicultura e a queda das exportações, por um lado, e as perspectivas positivas do setor industrial deram as bases para o fortalecimento do caráter autoritário do governo (Sola, 1978).

A influência do cenário internacional, no período que antecedeu a II Guerra Mundial, fez com que o governo brasileiro adotasse uma orientação pragmática nas relações comerciais exteriores – comercializava com quem oferecesse melhores condições. Manteve, portanto, acordos comerciais tanto com os Estados Unidos como com a Alemanha. Entretanto, nesse período, cresceu a participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil, tornando-se esse país, o principal comprador de algodão e o segundo mercado para o café, como também cresceu sua influência no setor de importações. A relação Brasil – Alemanha atraiu grupos interessados na exportação, defensores da necessidade de modernizar e industrializar o país. Esta aproximação faz, ainda hoje, com que se considere, equivocadamente, a inspiração fascista nas iniciativas do governo, inclusive no âmbito educacional. O governo adotou uma postura autoritária, e não fascista, embora por força da pressão integralista, o Brasil tenha se aproximado do ideário nazista e fascista (Fausto, 1995).

Em oposição ao alinhamento com a Alemanha, outros grupos detentores de influência econômica e política defendiam o alinhamento ao campo liderado pelos Estados Unidos. Com o início da II Guerra, e o recuo da Alemanha na América Latina, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos, respondendo positivamente à ofensiva, político-ideológica, promovida por esse país, na perspectiva de

ampliar sua área de influência, na América Latina. Em defesa das Américas, os Estados Unidos passaram a promover as Conferências Pan-Americanas (*id.*).

Assim, o governo pragmático e autoritário brasileiro aproximou-se cada vez mais dos Estados Unidos. Mas, foi somente em 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, que Getúlio Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo. E foi somente em 1944 que o Brasil aliou-se à frente antifascista, com o envio de forças expedicionárias para a Itália. Pode-se, portanto, afirmar que os anos da ditadura de Vargas configuraram-se de modo bastante ambíguo, nos quais foram adotadas, por um lado, medidas legislativas que representaram um progresso no tratamento das chamadas questões sociais, e, por outro, medidas que tiveram como implicação um maior controle da atividade política, principalmente dos trabalhadores. No entanto, a relação entre trabalhadores e governo adquiriu um caráter paternalista identificado na figura de Getúlio Vargas.

Foi nesse cenário que o município de São Paulo, notadamente um polo industrial, assumiu a tarefa de oferecer assistência pré-escolar às crianças da camada operária da população.

2

A ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS DAS CAMADAS POPULARES NA CIDADE DE SÃO PAULO

OS PARQUES INFANTIS

Em tempos da construção de um país moderno, educar para a higienização era palavra de ordem.

À denominada Educação Pré-Escolar coube priorizar "atividades lúdicas organizadas ao ar livre" – jogos que levariam à solidariedade, à comunicabilidade e à cooperação – e, "atividades higiênicas", proporcionando o desenvolvimento de hábitos de higiene corporal e alimentar (Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, *et al.*, 1975, p. 2-3).

Fernando de Azevedo[8] foi quem elaborou o Código da Educação do Município de São Paulo, em 1932, instalando as Praças de Jogos e anunciando o tríplice objetivo da educação pré-escolar às camadas populares: "nutrir, educar e recrear" – dando um passo decisivo para que Fábio da Silva Prado, prefeito da cidade, no período de 1934 a 1938, criasse os Parques Infantis, vinculando-os diretamente ao seu gabinete, com o nome de Serviço Municipal de Jogos e Recreio (Ato n. 767/35, at. 1º). Outro fator importante a ser considerado é a exigência de que os municípios aplicassem não menos do que 10% da renda, resultante dos impostos, na manutenção dos respectivos sistemas educativos (Brasil. Constituição 1934, Art. 156).

Em 1935, foram criados três Parques Infantis localizados em bairros operários da cidade de São Paulo: Parque Infantil D. Pedro II, no bairro do Brás, Parque Infantil do Ipiranga e Parque Infantil da Lapa, recebendo crianças de 3 a 12 anos. Os Parques Infantis seriam dirigidos por um higienista ou educador e teriam em seus quadros médicos e "quando oportuno, a juízo do prefeito, a assistência dentária" (PMSP. Ato nº. 861/35, art. 44 - 46).

8 Veja nota 2, cap. anterior.

A proposta municipal do Serviço de Parques Infantis da Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP vinculava-se aos órgãos de saúde e educação do estado de São Paulo, através da participação de representantes do Serviço Sanitário, da Diretoria de Ensino, do Departamento de Educação Física, do Instituto de Higiene, na Comissão Municipal de Recreio, constituída no Departamento de Cultura da PMSP, com a tarefa de auxiliar na instalação dos parques.

Ainda em 1935, o prefeito Fábio Prado criou o Departamento de Cultura e, nele, a Divisão de Educação e Recreio à qual o Serviço dos Parques Infantis ficou subordinado (PMSP, Secretaria da Educação e Memória Técnica Documental, 2000). Cada Parque Infantil teria um instrutor para meninos e uma instrutora para meninas. Esses profissionais seriam professores diplomados por Escola Normal do Estado com curso de educação sanitária do Instituto de Higiene de São Paulo, ou professores de educação física com curso no Departamento de Educação Física do Estado, ou ainda, professores com curso de educação pré-primária no Instituto de Educação da USP (PMSP. Ato nº. 861/35, art. 49).

Fábio da Silva Prado contava ainda, em seu governo, com a colaboração do intelectual Paulo Duarte[9] como consultor jurídico, de Nicanor Miranda[10] como chefe da Divisão de Educação e Recreio

9 Paulo Duarte (1899–1984) formou-se em Direito; trabalhou no jornal *O Estado de São Paulo* (1927); participou de campanhas de caráter cívico-político e cultural e das articulações político-militares que resultaram na Revolução de 32. Pelo Partido constitucionalista foi eleito deputado estadual (1934 –1937). Nesse período, além de consultor jurídico, participou da criação do Departamento de cultura da PMSP. Exilado em Paris por força do Golpe de 37, ingressou no Musée de L'Homme. Com o início da II Guerra transferiu-se para N. York, onde trabalhou no *Museum of Modern Art*. Voltou ao Brasil em 1945. Criou o Instituto de Pré-História na Casa Civil do governo de São Paulo, e lutou por sua transferência para a USP, onde permaneceu (1962–1969) até ser aposentado pelo AI5 (Mendes, 1994).

10 Nicanor Miranda trabalhou na PMSP com o título de instrutor e participou do Conselho Técnico Consultivo, constituído pelo Decreto Lei 430/47, que tinha "por incumbência adquirir e assimilar todos os conhecimentos, imprescindíveis à orientação científica das atividades de educação e à solução de seus problemas". (PMSP *et al.*, 1975, p. 3) Nicanor Miranda publicou *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* em 1941.

e de Mario de Andrade[11] como diretor do Departamento de Cultura, cujo pensamento indicava a importância de uma educação que preservasse o direito à criança de ser criança, o direito ao lúdico e o direito de brincar (Faria, 1999).

A proposta educacional dos Parques Infantis teve a influência das ideias de Froebel[12]: da valorização e vantagens da educação dada pela família e pelo Estado; essas ideias também eram defendidas pelo movimento renovador.

É notável a influência do pensamento higienista e do movimento renovador na educação, resultando na preocupação com a integração da educação e saúde: inserção de atividades de educação física, dentre outras desenvolvidas, e da assistência médica preventiva no projeto educacional da educação infantil da cidade de São Paulo. (Miranda, 1941, p. 20) Afirma esse autor que os objetivos dos Parques Infantis decorriam das "necessidades mais imediatas da criança proletária paulistana", caracterizando-a como "portadora quase sempre de duas a três moléstias contagiosas", sendo as mais frequentes: "pediculose, gripe, coqueluche, tracoma, coriza aguda, escabiose, varicela, parotidite epidêmica, sarampo, difteria, sífilis, tuberculose, escarlatina", sendo necessário, o estabelecimento de "uma assistência médica preventiva" para que o Parque Infantil não se constituísse em "um foco de moléstias". Além disso, considera o autor, a "necessidade imperiosa" de alimentar as crianças, pois grande porcentagem delas era desnutrida.

Miranda (1941) defende que:

11 Mario de Andrade (1893 – 1945) Poeta, romancista, ensaísta. Formou-se Bacharel em Ciências e Letras. Diplomado em piano, lecionou História da Arte e História da Música e Estética no Conservatório. Escreveu para jornais (Diário de São Paulo e folha de São Paulo). Participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 22. Posicionou-se contra o Estado Novo. Criou a Sociedade de Etnologia e Folclore de São Paulo (1939). Publicou: Paulicéia Desvairada (1922), Macunaína (1928), Lira Paulistana e Poesias Completas (1944), dentre outros. Em 1936 foi nomeado Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (informações colhidas do site https://www.ebiografia.com/mario_andrade/).

12 Froebel foi pedagogo e examinou a situação em que se encontrava a pedagogia na Alemanha no fim do século XVIII, criando os Jardins de Infância.

> a criança poderia viver diariamente algumas horas em uma comunidade infantil na qual se entreteria em atividades organizadas, acordes com o seu estágio de vida. Robustecendo o corpo, exercitando os sentidos, estimulando o espírito, aprendendo a conhecer a natureza e os semelhantes, as crianças seriam orientadas nas suas paixões e guiadas no sentido da vida por uma união cada vez mais indissolúvel (p. 20).

Ao que parece, a importância dessas ideias foi ainda mais fortificada, à medida que se desqualificava a participação dos pais na educação dos filhos: "generalizada é a incompetência dos pais em processos e métodos educativos, degenerando-se, em última análise, no reflexo direto sobre a formação da personalidade dos filhos". Ou, ainda, pela avaliação das atitudes dos professores das crianças que frequentavam o ensino primário, ao considerar inútil e dispersiva a recreação, ocupando-se somente da instrução, pois esses professores preocupavam-se "com o esgotamento do programa, por vezes inadequado ao nível mental da turma" (Brasil, [1930-1940?]).

Desde os primeiros anos da década 1940, alteraram-se os quadros político e econômico. Politicamente, reivindicações democráticas se sucederam exigindo eleições presidenciais, em 1945, através de manifestações de setores organizados da sociedade, e dos sucessivos protestos populares. No entanto, o clima de abertura democrática, de liberdade pós Estado Novo era restrito às elites; estava longe das massas populares (Saviani, 1988).

Na prefeitura de São Paulo, em 1941, funcionavam sete Parques Infantis nos bairros do Brás, Ipiranga, Lapa, Mooca, Santo Amaro, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana, vinculados à Divisão de Assistência e Recreio, do Departamento de Cultura, da Secretaria de Cultura e Higiene.

O quadro de profissionais dos Parques Infantis, nesse momento, era composto por: educador musical, educadora recreacionista ou a chamada "jardineira", médicos, dentistas e encarregados de limpeza. Alguns Parques funcionavam também como Parques de Jogos: durante o dia como Parque Infantil, utilizado por crianças de 3

a 12 anos e à noite, utilizado por rapazes de 13 a 21 anos, o chamado "Clube de Menores Operários". Não havia ainda ensino primário municipal na cidade, apenas "escolas isoladas"[13].

Em 1945, foi criada a Secretaria de Cultura e Higiene do município e nela mantido o Departamento de Cultura, com sua Divisão de Assistência e Recreio responsável pelos Parques Infantis (PMSP. Decreto Lei 333/45). Em 1947, essa secretaria foi desmembrada em: Secretaria Municipal de Educação e Cultura com os departamentos de Cultura e Educação, Assistência e Recreio, responsável pelos Parques Infantis e, Secretaria de Higiene, com o Departamento de Higiene e Saúde (PMSP. Decreto Lei 430/47).

Instalado na Secretaria de Educação e Cultura passou a funcionar um Laboratório de Investigações Educacionais e nele um Setor de Psicologia Clínica, demonstrando a preocupação com a adaptação das crianças na escola. Um fator a ser considerado é quanto à preocupação com desajustes de personalidade das crianças, que teria sido reforçada com o aparecimento dos psicólogos (PMSP; SME e Memória Técnica Documental, 2000).

Assim, em 1947, ganham espaço de trabalho os primeiros psicólogos clínicos, atendendo crianças encaminhadas pelas escolas, ministrando cursos aos dirigentes dos Parques Infantis, cujos conteúdos referiam-se à personalidade e ao desenvolvimento infantil. À Psicologia Clínica caberia a compreensão e interpretação do significado dos graus de variação encontrados no exame de cada criança, e a pouca eficiência intelectual poderia relacionar-se a problemas pedagógicos ou estados afetivos. Para tanto seriam imprescindíveis a utilização de instrumental experimentalmente validado e a análise minuciosa da história de vida da criança (*id.*).

Ao serem identificados problemas de aprendizagem decorrentes da ausência de treino ou iniciação à vida escolar, a criança

13 Escolas Isoladas era o nome dado às "salas ou galpões de madeira alugados pelas próprias professoras, que funcionavam provisoriamente com o objetivo principal de sanar as deficiências do ensino estadual" (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000, p. 12).

participaria de atendimento psicopedagógico, em geral realizado por educadores. Crianças com problemas de aprendizagem decorrentes da interferência de estados afetivos eram encaminhadas à psicoterapia, realizada por psicólogo clínico, tendo por base a psicanálise.

No Laboratório de Investigações Educacionais criou-se também um Serviço de Fonética, com o objetivo de identificar nas crianças distúrbios fonéticos, geralmente causados pelo contato com outros idiomas falados pelos pais (*Ibidem*).

Pode-se apreender, até esse momento, que Psicologia Educacional e Psicologia Clínica caminham juntas, sem conflito. Psicologia Educacional ou ainda, Psicologia da Aprendizagem, reconhecidas pelos seus estudos sobre as medidas das diferenças individuais quanto à inteligência e desenvolvimento infantil e a consequente adaptação da criança ao contexto educativo. E, Psicologia Clínica dedicada ao psicodiagnóstico e tratamento psicoterápico dos distúrbios de aprendizagem.

A preocupação com a saúde das crianças pré-escolares e escolares manteve nos anos seguintes os serviços de psicologia, medicina preventiva, fonoaudiologia e psicopedagogia, na Secretaria da Educação e Cultura.

Um trabalho inovador para a Educação.

O AGRUPAMENTO DAS ESCOLAS ISOLADAS EXISTENTES NA PREFEITURA DE SÃO PAULO: A ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DA PSICOLOGIA

Principalmente, na sua segunda metade, o governo Juscelino Kubitscheck, foi marcado por crescentes índices de desenvolvimento

econômico. Um governo otimista, definido em um Programa de Metas para o desenvolvimento nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e para completar, a construção de Brasília. Esse governo, em sua política econômica, combinou os interesses do Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro, assumindo abertamente a necessidade de atrair esses capitais, facilitando os investimentos na indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço (Fausto, 1995).

Esse panorama assegurou a expansão da Psicologia. Nos anos 1950, iniciaram-se os cursos de especialização em Psicologia Clínica e Educacional, e os profissionais que trabalhavam na área se organizaram em associações, passando a lutar pela regulamentação da profissão. Ao final dessa década, iniciaram-se os primeiros cursos destinados à formação de psicólogos. Em 1962, foi reconhecida a profissão de psicólogo e oficializada a formação e a atuação profissional nas modalidades Educacional, Clínica e Trabalho pela Lei nº 4119.

Nesse período, o Ministério da Educação lançou as diretrizes para a municipalização do ensino, e atendendo a essas exigências a prefeitura de São Paulo, agrupou as escolas isoladas existentes, estruturando o Ensino Primário na capital (PMSP. Lei 333/56). Nesse período, a prefeitura de São Paulo também ampliou a quantidade de Parques Infantis; somente no ano de 1956 foram criados 34 Parques.

Entretanto, o caráter constitucional de obrigatoriedade do Ensino Primário fez com que esse não só recebesse mais recursos como ganhasse prioridade nas reivindicações populares. Os últimos anos da década de 50, no Brasil, foram marcados por discussões sobre "O Fantasma do Analfabetismo" e sobre a falta de escolas primárias (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000).

O ano de 1956 foi data importante para a educação e para a Psicologia na prefeitura de São Paulo na gestão de Wladimir de Toledo Pizza (1956-1957), com a regulamentação da Lei 331/56, que desdobrou o Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação

e Assistência. O Departamento de Educação passou a responsabilizar-se pelo ensino primário, implantado nesse momento, na perspectiva de resolver o problema do analfabetismo na cidade de São Paulo, seguindo as diretrizes do Ministério da Educação, que orientavam para a municipalização do ensino, e as determinações da Constituição Federal, em seu artigo 169, o qual dispõe sobre a aplicação de parte da renda dos impostos dos municípios no desenvolvimento do ensino. É ilustrativo o trecho da carta que acompanha o projeto de lei encaminhado pelo então prefeito ao Presidente da Câmara Municipal:

> Como é do conhecimento público, a deficiência do aparelhamento escolar mantido pelo Estado na Capital, impossibilita a alfabetização de elevado número de crianças, situação que não pode perdurar, uma vez que dispõe o Município de recursos financeiros vinculados ao ensino por força de dispositivo constitucional, cumprindo-lhe, portanto, adotar medidas capazes de eliminar o "déficit" de bancas escolares que se constata na Capital, absolutamente incompatível com o adiantamento, desenvolvimento e pujança da Metrópole. O ensino primário problema básico para o aperfeiçoamento das condições de vida e de produtividade das populações deve merecer especial consideração do poder público, como acontece em todos os centros civilizados. Assim, é propósito da atual administração dotar a Prefeitura de meios que lhe permitam resolver, dentro das divisas municipais, o problema do analfabetismo (PMSP. Projeto de Lei, nº. 2549/56, p. 1).

É também ilustrativo o fragmento da matéria publicada na coluna Correio Escolar (1956) do jornal Correio Paulistano:

> Tem-se a impressão de que, desta vez, o tema "municipalização do ensino" irá voltar ao cartaz dos estudos e debates no cenário educacional paulista, não só como reflexo provável das diretrizes que, nesse sentido, adotam as altas autoridades do Ministério da Educação, mas também em decorrência da atitude franca em que se coloca a Prefeitura da Capital, de organizar o seu próprio sistema de ensino primário [...] (p. 3).

Com a criação do Ensino Primário na prefeitura de São Paulo a orientação dada aos Parques Infantis começou a modificar-se: a educação informal das crianças foi abandonada, isto porque a sistematização do trabalho educativo no ciclo primário e a ideia de que o ensino pré-escolar poderia diminuir a reprovação na 1ª série acabaram por influenciar na criação de classes de ensino pré-primário junto aos Parques Infantis, acarretando o abandono da ênfase assistencial e médica e do caráter recreativo próprio das atividades realizadas nos Parques (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000).

Interessante observar, que é dado o ano de 1956, como o da criação das Clínicas Psicológicas da PMSP nos históricos sobre o Serviço de Psicologia Escolar, apresentados em diferentes documentos e livros que abordam o assunto (Associação dos Psicólogos da Prefeitura - APP, 1978; Masini, 1981; PMSP, Secretaria da Educação; Departamento de Planejamento; Seção de Psicologia, 1983; Patto, 1984).

Assim, mesmo que já existisse uma Clínica Psicológica na Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio da Secretaria de Educação e Cultura, e outra Clínica, a da Mooca, que seria criada em 1961, ao que parece, a Psicologia Clínica se consolidou na prefeitura de São Paulo nesse período, quando a preocupação com a alfabetização de crianças passou a ser enfatizada e a proposta recreacionista dos Parques Infantis, subestimada.

À Clínica Psicológica cabia a tarefa de diagnosticar e oferecer terapia às crianças encaminhadas pelas escolas e parques, mas não só, tinha também por propósito orientar educadores quanto aos aspectos psicológicos do desenvolvimento infantil e oferecer cursos, atingindo aqueles que exerciam funções administrativas e, portanto, mais distantes do trabalho direto com as crianças, porém não menos importantes para a sua educação. O Curso destinado aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis é um exemplo: era composto por

aulas sobre "personalidade, problema da normalidade, liderança e sobre desenvolvimento motor, da linguagem, social, sexual, intelectual, moral da criança". (PMSP, SME, Setor de Psicologia, 1959) Nesse período, destaca-se a presença da psicóloga Yvonne Khouri[14], dentre outras educadoras, com especialização em Psicologia clínica, responsável, anos depois, pela criação do Setor de Psicologia Escolar, na prefeitura de São Paulo.

Na gestão do prefeito Adhemar Pereira de Barros (1958-1961), o Decreto Municipal n. 5100 publicado em 1961, dispõe sobre o funcionamento de um Centro Educacional, no bairro Mooca, para prestar assistência médico-social, educacional, recreativa e atendimento psicológico na Clínica Psicológica da Mooca. Além dos psicólogos clínicos, trabalhariam nessa clínica médico psiquiatra infantil, psicopedagogo (responsável por trabalhar os aspectos do ensino/aprendizagem), assistente social, educadora recreacionista, professor de educação física, e auxiliar de escritório (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000). Estava assim, nesta data, anterior a regulamentação da profissão de psicólogo oficializada a assistência psicoterápica realizada por psicólogo, que deveria ser prestada à criança e ao adolescente.

No ano seguinte, já na gestão do prefeito Francisco Prestes Maia (1961-1965), a Clínica Psicológica que funcionava na Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio necessitando de ampliação, passou a funcionar em uma casa na região do Ibirapuera, com a denominação de Clínica Psicológica Ibirapuera. Portanto, a prefeitura de São Paulo, nesse momento, contava com as Clínicas Ibirapuera e Mooca (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000).

14 Dra. Yvonne Khouri – iniciou sua trajetória na Prefeitura de São Paulo como educadora sanitária; especializou-se em psicologia clínica e chefiou o Serviço de Psicologia Clínica no Departamento de Assistência Escolar da Secretaria da Educação da PMSP; criou o Serviço de Psicologia Escolar; fundou e presidiu a Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP. Aposentou-se da PMSP, em 1979, mas manteve-se ativa, ou melhor, ativista da democracia, da defesa da profissão de psicólogo e da luta pela educação das camadas populares (nota da autora).

Em comunicação oral à autora, Yvonne Khouri (2002), então psicóloga chefe da Clínica Ibirapuera, conta que o prefeito Prestes Maia, por acaso passando pela rua, viu placa indicando um equipamento público municipal. Entrou, visitou a casa onde a Clínica estava instalada e, entusiasmando-se com a qualidade do trabalho desenvolvido, autorizou imediatamente a construção de uma nova Clínica Psicológica – a Clínica do Itaim – planejada conjuntamente por arquitetos e psicólogos. Além da qualidade do serviço psicológico oferecido, a ampliação do Serviço de Psicologia Clínica no novo local deveu-se, principalmente, à quantidade crescente de encaminhamentos, possivelmente originários da crença construída desde as décadas anteriores de que a Psicologia poderia resolver os problemas de aprendizagem e de adaptação escolar.

A Secretaria da Educação e Cultura tornou-se mais complexa ao longo das décadas de 50 e 60 e a preocupação com o então denominado ensino de 1º grau parece ter conquistado maior importância. Nos anos 60, não só o ensino primário se expandiu, assim como os índices de reprovação na 1ª série (ano inicial do Ensino Primário), até que em 1967, uma reestruturação foi realizada na secretaria, oficializada pela Lei Municipal 7037/67, na gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima (1965-1969).

Com essa lei, o Departamento Municipal de Ensino passou a ser constituído por um Conselho Técnico, por uma Assistência Técnica e uma Assistência Jurídica e pela Divisão Pedagógica e Divisão Administrativa, além de uma Seção de Instituições Auxiliares de Escola. A esse departamento caberia desempenhar as funções de:

> Planejar, orientar, superintender e dar execução às atividades pertinentes ao sistema escolar primário, complementar, supletivo, bem como em outros níveis, em harmonia com a legislação em vigor e as diretrizes nacionais de educação; adotar medidas que concorram para situar o Ensino Municipal em alto padrão, quer de eficiência decente, como de assistência aos educandos e integração no meio social a que serve; estabelecer e manter intercâmbio com outros órgãos técnicos de ensino; realizar

> pesquisas e estudos relacionados com as necessidades educacionais do município (PMSP. Lei 7037/67, art. 2º).

Do Departamento de Educação, Assistência e Recreio foram transferidos o acervo, dotações orçamentárias, pessoal, cargos e funções dos serviços assistenciais para o Departamento de Assistência Escolar, o qual teria por competência:

> Dar assistência médico-odontológica e alimentar às crianças e adolescentes das unidades escolares e educativo-assistenciais; difundir, na medida das possibilidades e em caráter supletivo, a educação médico-odontológica – sanitária e de nutrição – entre todos os dirigentes e diretores das unidades escolares e educativo-assistenciais, visando ao maior aproveitamento dos educandos em geral, nas suas diferentes unidades; promover o levantamento das condições físicas e psíquicas dos escolares; estudar as necessidades e propor medidas visando à ampliação e atualização das instalações médico-odontológicas e de nutrição, bem como o seu aperfeiçoamento (PMSP. Lei 7037/67, art. 3º).

Assim, o Departamento de Assistência Escolar passou a ser constituído: pela Divisão Odontológica, Divisão de Nutrição e Divisão de Assistência Médica, na qual foi criada a Seção de Psicologia Clínica, responsável pelo funcionamento das Clínicas do Itaim e Mooca, sob a chefia de Yvonne Khouri. É importante esclarecer, que os documentos localizados, nesta pesquisa, não permitem dizer de período anterior a essa data (1967), sobre a subordinação da Psicologia à Medicina; os documentos mostram apenas, que os psicólogos, assim como os médicos, exerciam suas atividades no mesmo Departamento, de Recreação e Assistência. Entretanto, pode-se pensar que a presença do médico psiquiatra no quadro de profissionais das Clínicas Psicológicas e o modelo de atendimento utilizado pela Psicologia – diagnóstico e tratamento dos desajustes da personalidade e adaptação escolar – tenham favorecido a inclusão da Seção de Psicologia, na Divisão de Assistência Médica. Também o atendimento em fonoaudiologia, antes realizado no Serviço de

Educação Ortofônica, foi transferido para a seção de Psicologia Clínica na Divisão de Assistência Médica (*id.*, art. 39º).

Nesse momento, iniciaram-se os estudos para a organização de uma programação pedagógica para os três graus de educação na pré-escola (educação infantil) fundamentados na ideia de que a pré-escola diminuiria a reprovação no ano inicial da escolarização (1ª série). Foram criadas 24 salas de ensino primário junto a 12 Parques Infantis.

Importante salientar que a cidade de São Paulo vinha passando por uma expansão e diferenciação decorrente do desenvolvimento urbano-industrial nas últimas décadas, aumentando significativamente o índice demográfico na cidade[15]. O aumento deu-se principalmente em decorrência da migração, a partir dos anos 1950. Dados do VIII Recenseamento Geral realizado pelo IBGE, em 1973, mostram que o número total de pessoas não naturais da cidade de São Paulo era de 47,9%, em 1970 (Camargo *et al.*, 1975). A população de migrantes e dos seus descendentes, na sua grande maioria pobre, era exatamente a que buscava a educação pública.

Vale ressaltar que em 1971 foi empreendida uma reforma na Educação Nacional (Brasil. Lei 5692/71), destacando a questão da alfabetização na sistematização do ensino. A partir dessa Lei, passaram a ser criadas pela prefeitura de São Paulo classes de ensino pré-primário nos Parques Infantis, com a obrigatoriedade de especialização pré-primária às educadoras: recreacionistas. Também nas Escolas Municipais do então I Grau, (ensino da 1ª à 8ª série) foram criadas classes de ensino pré-primário, que receberam o nome de Planedi – Plano de Educação Infantil. Essas classes tinham grande número de crianças e seus professores contavam com o auxílio de suas mães em sala (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000).

No contexto descrito, os índices de repetência e evasão escolar, principalmente no ano inicial, na 1ª série, chegavam a 60%

15 A população no município de São Paulo em 1950 era de 2.198.096 habitantes; em 1960, de 3.666.701; em 1970, de 5.924.615 habitantes (PMSP e Secretaria Municipal do Planejamento, 2001).

nas escolas da prefeitura de São Paulo, justificando crescente aumento dos encaminhamentos para diagnóstico e tratamento nas Clínicas Psicológicas.

Uma possibilidade de explicação para o crescente número de encaminhamentos às Clínicas Psicológicas pode relacionar-se também à presença dos assistentes pedagógicos e orientadores educacionais nas escolas da prefeitura, que iniciaram suas atividades em 1972, em decorrência da Lei Federal 5692/71. Isto porque, foram "formados com uma visão psicologizante", creditando exclusivamente às crianças e adolescentes as razões de suas dificuldades escolares. Recorriam, então, ao diagnóstico psicológico, considerando-o como uma medida que pudesse esclarecer a não aprendizagem, a repetência e a evasão escolar (Garcia, 1990, p. 13).

Não só o diagnóstico psicológico era solicitado à Seção de Psicologia Clínica. Havia grande ênfase no diagnóstico do nível de rendimento das classes do ano inicial (1ª série) e no planejamento da alfabetização e da educação pré-escolar, propostos pelo Departamento de Planejamento, nas orientações dadas aos técnicos de educação e professores da rede municipal de ensino (PMSP *et al.*, 1974 e 1975).

Evidentemente, as Clínicas Psicológicas aceitavam os encaminhamentos, mas sua quantidade crescente levou a Seção de Psicologia Clínica, como afirma Khouri, realizar, em 1974, um levantamento com o objetivo de definir a realidade escolar, suas necessidades, com vistas "a estabelecer algum plano de ação". Envolvendo 1184 crianças e baseado nos dados obtidos em entrevistas com pais das crianças atendidas nas Clínicas do Itaim e da Mooca e em relatórios de professores, a análise dos dados desse levantamento mostrou que muitos dos chamados "distúrbios de escolaridade", que correspondiam a 80% dos encaminhamentos, poderiam ser prevenidos ou minimizados mediante ação do psicólogo na escola, e que esse serviço deveria priorizar o ano inicial, pois 57% das crianças encaminhadas frequentavam essa série (Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP, 1978).

Assim, com o propósito de verificar se a análise do levantamento poderia ser generalizada para a população dessas crianças, mas também porque o ano inicial concentrava o índice de 60% de reprovação, a Seção de Psicologia Clínica, contando sempre com a orientação de Yvonne Khouri, realizou no ano seguinte, a pesquisa "Avaliação do desenvolvimento intelectual de alunos de 1ª série do ensino de 1º grau da PMSP e suas relações com o fracasso escolar".

> A pesquisa foi realizada com amostra de 10% dessa população escolar – meninos e meninas com idade entre 7 e 14 anos. Conforme afirma Khouri, essa pesquisa procurou sistematizar dados para uma correta interpretação dos resultados dos testes de inteligência, sabidamente influenciados por fatores culturais; adequar as expectativas de pais e professores quanto à produtividade escolar das crianças, e sugerir medidas preventivas para o problema, entre as quais o incentivo da educação pré-escolar, currículos e programas adequados às características dos alunos (*id.*, p. 5).

Outros estudos ainda foram realizados nas Clínicas Psicológicas com o objetivo de verificar o desenvolvimento das crianças do ano inicial. A síntese dos resultados dos estudos mostra que:

> o desenvolvimento intelectual rebaixado não é a única causa do fracasso escolar; os alunos são repetentes, não devido a retardamento, mas a carência cultural; a escola não está aparelhada para solucionar os problemas; há necessidade de programas e metodologias educacionais adequados: estimulação precoce – adequação do currículo e programas – divulgação de conceitos relativos à carência cultural entre educadores e administradores, e há necessidade de se introduzir medidas preventivas ao alcance da população docente e discente" (*id.*, p. 3).

Foram essas as justificativas que fundamentaram o Projeto Piloto de Psicologia Escolar, com ênfase na orientação em âmbito profilático, em 1975, apresentado em um momento de consolidação e de expansão da Psicologia.

3

A PSICOLOGIA CLÍNICA E ESCOLAR PREVENTIVA

O Projeto Piloto de Psicologia Escolar (1975) apresentava uma proposta de ação eminentemente profilática, de abrangência comunitária, em escolas localizadas na periferia geográfica da cidade de São Paulo, com o objetivo de facilitar o processo educativo, através da integração das técnicas psicológicas no processo multidisciplinar da educação, mediante ações integradas entre psicólogos, assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, professores e pais, priorizando a ação com o grupo de crianças que chegava à escola – 1ª série e, na escolha adequada de uma profissão ou de estudos posteriores, aos adolescentes que deixavam à escola na 8ª série. O Projeto previa ainda, a realização de pesquisas no campo da Psicologia, além de oferecer estágio a estudantes da graduação em Psicologia.

No âmbito da profilaxia da patologia mental – prevenção primária – os psicólogos escolares colaborariam na promoção da saúde mental do escolar, sua família e da instituição escolar. No âmbito da prevenção secundária, realizariam diagnósticos (APP, 1978 p. 3). As justificativas para a implantação do Projeto de Psicologia Escolar fundamentavam-se:

> (1) na significativa responsabilidade da escola na formação da personalidade integrada e sadia dos indivíduos que a ela chegam; (2) por ser possivelmente a escola a única oportunidade para muitos desses alunos em receber orientação e assistência planejadas, tendo em vista o carecimento sociocultural da grande maioria de sua clientela, e ainda, (3) por ser a escola a única instituição que congrega a mesma população de crianças e adolescentes por um período significativamente longo, para que modificações de comportamento, necessárias ao desenvolvimento adequado dessa população possam ser conseguidas (*id.*, p. 6-7).

Foi um projeto pioneiro na cidade de São Paulo, iniciado em duas Escolas Municipais e ampliado posteriormente. Em 1978, os psicólogos, em número de 80, atuavam em aproximadamente 160 escolas, cada um responsabilizando-se por duas escolas; em 1983,

95 psicólogos atuavam nas escolas da prefeitura de São Paulo, responsabilizando-se por quase 200 das 499 escolas de I grau e das escolas de educação infantil existentes.

Pode-se dizer que o Projeto de Psicologia Escolar nasceu da discussão e avaliação da prática clínica desenvolvida pelos psicólogos e, de certa forma, confrontava o encaminhamento dado pela Psicologia, à época, colocando-se ao lado dos questionamentos que passaram a ser feitos em relação à profissão de psicólogo.

Importante lembrar que esse era tempo de expansão da Psicologia.

Apoiada na regulamentação da profissão de psicólogo (Lei 4119/62), nas mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira, pós-golpe militar, e na Lei 5540/68[16], a Psicologia enfrentou, além da expansão, período de crítica, na década de 1970.

Aumentaram tanto a quantidade de cursos de Psicologia, como o número de vagas nos novos cursos, que ao absorverem a ideologia implantada pós-golpe de 1964, passaram a formar profissionais que haveriam de realizar uma atividade técnica, desconsiderando o comprometimento da Psicologia para atender as necessidades da maioria da população. Formava-se, portanto, o psicólogo dentro do padrão de profissional liberal, e, consequentemente, a expansão deu-se, sobretudo, na área clínica (Ozella, 1991).

Sylvia Leser de Mello (1978) é quem faz a primeira análise da profissão em São Paulo. Identifica os problemas causados pela necessidade da abertura do campo de trabalho, como consequência do aumento do número de estabelecimentos privados para o ensino da Psicologia e o aumento de vagas, e reconhece como "orientação

16 Reforma Universitária que procurou adequar o modelo educacional à estrutura política e econômica vigente; afetou não só os rumos da psicologia como de outras disciplinas incluídas nas Ciências Humanas, regulamentando o ensino superior privado e incrementando o número de matrículas nesses estabelecimentos (Saviani, 1988).

global da profissão" a Psicologia Clínica. Essa orientação advinha dos Cursos de Psicologia, que "não apenas formam psicólogos clínicos, mas transformam os estudantes, graças ao conteúdo predominante das disciplinas, em psicólogos clínicos", com escassa ou nenhuma possibilidade de "partilhar da problemática humana e social do seu tempo" (Mello, 1978, p. 60).

Importante, necessário e urgente seria então, "orientar a mudança dos rumos da profissão, no sentido de torná-los mais compatíveis com o conteúdo essencialmente social das técnicas psicológicas [...]. Renovar a prática da Psicologia" (*id.*, p. 113).

Quanto à Psicologia Escolar, um impasse foi criado com o "esquecimento" de se incluir a atividade de orientação educacional nas funções dos psicólogos, especificadas na lei 4119/62, o que resultou na adoção gradativa da orientação clínica da Psicologia e na consequente subestima "das contribuições da Psicologia fora da clínica, sobretudo à escola" (*Ibidem*, p. 58).

Foi, portanto, um desafio, a implantação do Projeto Piloto de Psicologia Escolar na PMSP. Além de utilizarem conhecimento e instrumental específico da área, os psicólogos escolares precisariam também, compreender as relações entre escola e sociedade e, ainda, enfrentar as diferenças e divergências com os outros profissionais que ali trabalhavam, como por exemplo, o orientador educacional.

Um fator importante para a implantação e desenvolvimento do Projeto se refere à conquista de certa autonomia, inclusive da área médica, à qual a Seção de Psicologia estava subordinada, num período ainda marcado pelo autoritarismo (ditadura militar). Como relatou Yvonne Khouri, em comunicação verbal à autora (2002), a lei que regulamentou a profissão de psicólogo garantiu aos serviços de psicologia, a chefia de um profissional psicólogo. Conta Khouri, que para manter certa autonomia do Serviço, a Seção chamava-se, estrategicamente, de Psicologia e não de psicopedagogia, ou saúde mental, nomes também utilizados à época para serviços que

contavam com a presença de psicólogos. Assim, a autonomia seria garantida, mesmo quando os projetos sofressem resistência nas instâncias superiores.

A marca autoritária e centralizadora podia ser percebida nas escolas, nas quais a direção do trabalho estava centralizada nas mãos do diretor(a), que definia a participação dos psicólogos escolares, principalmente, no atendimento às crianças, ou classes, consideradas como problemas. Assim, os psicólogos escolares utilizavam alguns testes, como o Teste Metropolitano de Prontidão, o Teste de Organização Perceptiva de N. Santucci (Pré-Bender) e a Escala de Maturidade Mental Colúmbia. Os dois últimos foram adaptados pela equipe de psicólogos da Seção de Psicologia Clínica da PMSP.

Embora a ação do psicólogo escolar parecesse eminentemente técnica, considerando o caráter diagnóstico da prontidão para a alfabetização, da maturidade mental e da organização perceptiva das crianças, o procedimento de cadastramento psicológico ou triagem psicológica subsidiaria as discussões com professores e técnicos de educação, para a elaboração de programas e currículos, que pudessem de alguma maneira beneficiar as crianças, além de facilitar a própria inserção e aceitação do psicólogo na escola, pois eram reconhecidamente importantes aos técnicos de educação os dados de nível mental e de maturidade das crianças, utilizados na perspectiva da formação de classes homogêneas, procedimento que se acreditava reduziria o índice de reprovação. Essas atividades, consideradas de base clínica, facilitaram a formação de grupos de discussão com professores e/ou pais.

Os psicólogos chegavam às escolas, encaminhados pelo Departamento de Assistência ao Escolar e não pelo Departamento de Planejamento ao qual a escola estava subordinada, e essa era mais uma razão para que, não raras vezes, enfrentassem resistências a qualquer inovação, não só de diretores, mas também, de orientadores educacionais, assistentes pedagógicos, e mesmo de professores.

Yvone Khouri em seu relato verbal (2002) conta que os professores se mostravam interessados nos contatos que mantinham com psicólogos nas Clínicas Psicológicas, tanto nos grupos, nos quais podiam discutir sobre seus próprios problemas no contato com crianças, colegas e superiores, como nos cursos, realizados numa perspectiva de educação continuada. Esse trabalho era rotina da Psicologia Clínica. Khouri avalia que "a relação entre psicólogos e professores era fácil quando estes iam à clínica, porém, quando os psicólogos chegavam à escola a relação se tornava mais difícil".

Na busca de conquistar espaço, a Psicologia Escolar procurou atender os estudantes, dentro das condições estabelecidas nas escolas denominadas Escolas Municipais de Educação Infantil e Escolas Municipais de I Grau sem descartar seu interesse primordial: trabalhar com professores. Nessa perspectiva, o Serviço de Psicologia Escolar, em 1977, realizou treinamento destinado a diretores e professores, abordando temas relativos ao desenvolvimento infantil, aos aspectos: afetivo, psicomotor e intelectual, além de outros relacionados à privação cultural, prontidão e maturidade, temas já estudados pela psicóloga Ana Maria Poppovic[17], no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo (Poppovic, 1972). Nessa ocasião, a matéria jornalística "Ensino Preocupado com Psicologia Infantil" (1977) destaca:

> os problemas psicológicos e sócio culturais da criança começam a ser levantados em profundidade pelas escolas

17 Ana Maria Poppovic, pedagoga por formação, dedicou-se ao estudo, pesquisa e trabalho em psicologia, já nos anos 50 – fundou a Sociedade Pestallozzi em São Paulo e trabalhou como psicóloga no Abrigo Social de Menores. Obteve o título de especialista em psicologia clínica, em 1957, pela F. F. *Sedes Sapientae*. Participou da equipe que organizou o curso de especialização em psicologia clínica, psicologia educacional e psicologia do trabalho na Faculdade São Bento, e o curso de graduação, quando a profissão foi regulamentada. Dirigiu o Departamento de Psicologia aplicada à Educação do IPPUC-SP. Na PUC-SP, organizou e fundou a Clínica Psicológica. Em 1965, adaptou e padronizou o Teste Metropolitano de Prontidão, largamente utilizado por educadores. A Partir de 1971, deixa a docência, vinculando-se como pesquisadora à Fundação Carlos Chagas, aí permanecendo até 1983, ano da sua morte. Em seus trabalhos, mostra a preocupação em colocar tanto a psicologia clínica como a psicologia educacional a serviço da sociedade, especialmente para as questões da alfabetização de crianças (CRP06, 2001).

> municipais infantis de São Paulo (...). Cerca de 860 educadores, entre professores e diretores das 129 escolas Municipais de Educação Infantil de São Paulo, reuniram-se sábado, dando início ao Projeto I de Treinamento para Multiplicadores de Informações sobre Saúde. Ou seja, os professores e diretores começam a ser treinados por psicólogos para estarem alertas aos primeiros sintomas de distúrbios psíquicos e afetivos entre seus alunos.

Ainda em 1977, portanto, após dois anos de implantação do Projeto de Psicologia Escolar e contando com uma avaliação positiva da Seção de Psicologia, novos psicólogos puderam ser contratados, e assim o agora denominado Programa de Psicologia Escolar, ampliado.

Em maio desse ano, foram fixadas pela Portaria n. 2025 – emitida pelo então secretário da educação Hilário Torloni (1975-1979), na gestão do prefeito Olavo Egydio Setúbal (1975-1979), as atribuições para os psicólogos escolares, estabelecendo:

> o procedimento do cadastro psicológico de alunos, elaboração de fichários de informações, fornecimento aos professores de dados psicológicos de seus alunos, colaboração com orientadores educacionais e assistentes pedagógicos, procedimento à orientação psicológica de classes e alunos, sensibilização de professores em relação à importância da inter-relação professor-aluno, entendimentos com os pais dos alunos.
>
> Seriam atribuições dos psicólogos escolares também a participação no processo de orientação profissional, o monitoramento de grupos de sensibilização e aconselhamento de professores, outros técnicos da escola e pais, procedimento do levantamento dos recursos da comunidade quanto à orientação psicológica, realização de pesquisas no campo psicológico escolar, e a manutenção de informações dadas à direção da escola sobre as atividades realizadas (PMSP. Portaria nº. 2025/77).

Um ano após a fixação das atribuições dos psicólogos escolares, o Serviço de Psicologia Escolar foi oficializado na Seção de

Psicologia, constituída também pelos Serviços das Clínicas do Itaim e da Mooca, na Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar (PMSP. Decreto 15002/78).

Ainda, em 1978, por iniciativa dos psicólogos da Seção de Psicologia do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria Municipal de Educação, foi fundada a Associação dos Psicólogos da Prefeitura – APP. Conta Khouri (2002), presidente da APP, que os psicólogos precisavam de um espaço próprio, mais descontraído, para discutir de modo crítico seu trabalho, visto que ainda vigorava uma política autoritária nas instâncias públicas. Além disso, a APP aglutinaria e organizaria não só os psicólogos que trabalhavam na Secretaria da Educação, mas também de outras secretarias, com o objetivo de se realizar um trabalho de Psicologia "mais coeso", numa perspectiva "mais libertadora".

Logo após sua fundação, a APP e o Departamento de Assistência Escolar – Seção de Psicologia promoveram o I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares. Esse encontro foi oportunidade para apresentação do conjunto de trabalhos até então realizados e de propostas para novos trabalhos, realizadas pelas equipes que se reuniam em grupos de estudos e pesquisas, e que participavam, desde a criação, do Projeto de Psicologia Escolar.

Os títulos dos trabalhos apresentados no I Ciclo de Debates respeitam a nomenclatura utilizada na época e ilustram a modalidade clínica preventiva na escola, seja na utilização do "Desenho da Figura Humana" que identificaria dificuldades de "natureza afetivo-emocional", seja na utilização de avaliações psicomotoras que indicariam o desenvolvimento das "capacidades básicas para a alfabetização", seja na orientação de professores, capacitando-os para o atendimento das necessidades das crianças. Entretanto, outros trabalhos trazem o questionamento que alguns psicólogos iniciavam ao aproximarem-se da escola pública, na periferia da cidade, tanto em relação ao sistema educacional quanto à definição do seu próprio papel: "Grupos

de Mães nas Escolas" e "Monitoria como um Sistema Integrado de Trabalho junto a alunos de Nível I [1ª a 4ª série] e II [5ª a 8ª série] das Escolas de 1º Grau da PMSP – Aspectos Psicopedagógicos".

A avaliação do I Ciclo de Debates mostra a preocupação específica com o trabalho realizado ao apontar a necessidade de aprimoramento profissional, que poderia ser conquistado a partir de outros encontros dessa natureza; a necessidade de novos estudos e pesquisas; a necessidade de uma definição mais precisa quanto à atividade profissional. Nesse sentido, a avaliação atingiu as questões da formação do profissional (ensino de psicologia), indicando ser de extrema importância "a participação daqueles que vivenciam na prática os problemas profissionais, na organização de currículos e programas do curso de graduação e pós-graduação", além de salientar ser "imprescindível a aproximação do aluno à prática profissional, através de um contato maior e mais direto com a realidade de seu campo de trabalho (APP, 1978, p. 146).

Esses argumentos já estavam na pauta de professores e pesquisadores da área – definir o papel da Psicologia, enquanto ciência e profissão.

Na verdade, a questão colocada era bem maior, envolvia uma reflexão sobre as Ciências Humanas, pois rompendo com o caráter de "indagação e reflexão crítica", na década de 1960, essas áreas tornaram-se, a partir da Reforma Universitária, apenas, formadoras de técnicos ajustados aos interesses educacionais do regime em vigor.

Nessa perspectiva, crítica contundente à Psicologia foi feita, quanto ao significado da sua aplicação ao processo social; sobre a utilidade da Psicologia ao sistema e, portanto, seu fracasso, desde que "sua palavra é uma palavra libertadora" (Japiassu, 1979, p. 27).

Portanto, os anos 70 se configuraram como momento de análise e crítica da Psicologia científica. Com marcante influência do pensamento marxista, a crítica busca esclarecer o compromisso social e histórico da Psicologia; busca a identidade profissional do psicólogo.

Esse pensamento parece ter orientado Maria Helena Souza Patto no retrato que apresenta da Psicologia Escolar da PMSP, presumidamente em 1979, ao realizar pesquisa, com o objetivo de caracterizá-la, através da representação da realidade social e escolar dos psicólogos e da representação do seu desempenho profissional nas escolas. A autora procurou verificar através da análise do discurso de psicólogos escolares que trabalhavam no Departamento de Assistência ao Escolar do estado de São Paulo e do Departamento de Assistência Escolar da PMSP, a concepção da realidade social presente em suas representações e em suas práticas; o modo como caracterizavam a relação entre a escola e a sociedade; a visão que tinham dos problemas de aprendizagem e de ajustamento escolar; e a ação que efetivavam ou propagavam visando à solução desses problemas.

Os dados foram coletados pela pesquisadora por meio de um questionário e mostraram especificamente, para os psicólogos escolares da PMSP, que ao lado daqueles amparados em "uma visão eminentemente técnica dos problemas de aprendizagem e da crise da educação", que seguiam estritamente as atribuições definidas para a atuação do psicólogo escolar, havia outros que levavam em conta na compreensão do seu trabalho "a estrutura de poder em uma sociedade de classes, relacionada à estrutura e funcionamento do sistema escolar" (Patto, 1984, p. 160).

Esse pensamento é a expressão da crítica que se instalou não só na Psicologia Escolar, mas na Psicologia durante os anos 70. Desnaturalizar os saberes e práticas da Psicologia, rompendo com o conceito de neutralidade científica. Sylvia Leser de Mello (1978), já mostrava essa preocupação, ao realizar pesquisa, em 1975.

Quanto ao Programa de Psicologia Escolar da PMSP, é importante lembrar que, embora apresentasse propostas compatíveis com a crítica que se fazia então, sua execução dependia tanto da ideologia autoritária do pessoal ao qual o Programa estava subordinado

e da escola, na qual se aplicava, como também, dos psicólogos envolvidos, o que marcava, portanto, diferenças significativas entre o plano elaborado e sua execução.

A Educação também encaminhava sua crítica, nesse período. As ideias de Paulo Freire eram referências para as discussões sobre a democratização do ensino. Embora esse educador estivesse exilado do país (1964-1979), seu pensamento e publicações, mesmo em língua espanhola, como foi o caso de Pedagogia do Oprimido, foram lidas e discutidas por educadores da prefeitura de São Paulo, envolvidos com a resistência à ditadura e com a luta pela redemocratização do país, já iniciada.

O final da década de 1970 configurou-se como um momento de renovação para a sociedade brasileira na luta por liberdades democráticas, além de aumento de salários e garantia de emprego. No governo do General João Batista Figueiredo (Presidente do Brasil de 1979-1985) a Lei da Anistia (1979) foi aprovada pelo Congresso Nacional, possibilitando a volta dos exilados políticos.

Nesse cenário, a categoria de psicólogos, ao lado de outras, buscou uma organização mais democrática, considerando a mudança do caráter profissional do psicólogo: não mais identificado como profissional liberal ou autônomo, mas como assalariado com diploma de nível superior. Assim, os psicólogos da prefeitura que já se organizavam na APP, de algum modo participaram também dos movimentos de oposição no Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia – São Paulo. Vale destacar que Yvonne Khouri integrou o grupo de psicólogos que buscava mudanças, ainda em 1978.

Esse grupo reunia-se no Instituto *Sedes Sapientae*, com o apoio de Madre Cristina[18], que promoveu um Fórum de Debates

18 Madre Cristina – Célia Sodré Dória (1916 – 1997) criou em 1953 o primeiro curso de Psicologia Clínica na Faculdade de Filosofia *Sedes Sapientae*, participou das discussões para a regulamentação da profissão de psicólogo e elaborou o curso regular de psicologia nessa faculdade. A partir de 1964 (Golpe Militar) vincula a Psicologia à Política – defendeu a causa dos perseguidos políticos; fundou com Terezinha Zerbini o "Movimento Feminino pela Anistia".

para pensar a profissão na nova conjuntura. Em depoimento, Khouri (CRP06, 1994, p. 123) justifica a existência do Fórum:

> quando foram formados o nosso Sindicato e o Conselho, vivíamos numa época de autoritarismo muito forte, e eles tomaram muito dessa forma [...]. Mas estávamos alertas, gostaríamos que a coisa fosse transformada, na medida em que o país viesse a abrir um pouco mais, que acompanhássemos o movimento e não perdêssemos a vez. Então acabamos formando um fórum de psicólogos para discutir. Na época, todas as categorias estavam se organizando e fazíamos parte disso. Era a forma de estarmos repensando não só as nossas representações, mas a nossa atuação na sociedade (CRP06, p. 69).

O Fórum transformou-se em movimento de oposição para concorrer às eleições no Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e no CRP-06, em 1979. Ambas chapas de oposição foram vencedoras.

Em tempos de reação ao regime vivido pela sociedade brasileira e de certa abertura política, a Psicologia Escolar na PMSP passou a viver momentos de maior enfrentamento com forças antagônicas: psicologia escolar clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar, na tentativa de definição da área.

4

O EMBATE ENTRE FORÇAS ANTAGÔNICAS:

A PSICOLOGIA ESCOLAR-CLÍNICA PREVENTIVA E A DIMENSÃO POLÍTICA DO TRABALHO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Com o objetivo de atualizar conhecimentos e produzir discussões sobre modelos alternativos aos tradicionalmente utilizados pela Psicologia Escolar, cursos, encontros e seminários foram promovidos, pelos órgãos de representação da categoria de psicólogos, Associação dos Psicólogos da Prefeitura, Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo 6ª Região, no início da década 1980. Nesses eventos, nota-se a preocupação com a inserção da Psicologia no contexto social brasileiro; o questionamento do modelo médico, identificado com a concepção positivista de ciência; e a apresentação da Psicologia Institucional, como uma nova orientação para a prática profissional. Temas relativos à educação e sociedade foram privilegiados, como: saúde no Brasil; análise institucional; intervenção dos psicólogos junto à equipe institucional; alunos e comunidade; formação específica do psicólogo educacional (APP, 1980; Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região (CRP06), 1980; 1981; 1982).

Por outro lado, na Seção de Psicologia da PMSP foi sistematizado um plano para a ação do psicólogo escolar, que previa a descentralização do atendimento clínico, envolvendo a participação dos psicólogos escolares. Em entrevista publicada no jornal Folha da Tarde, em 1982, a então psicóloga chefe da Seção de Psicologia informa que o modelo utilizado pelos psicólogos escolares era denominado clínico-escolar; nele, os psicólogos seriam responsáveis pelos encaminhamentos das crianças às Clínicas Psicológicas e pelo acompanhamento dessas crianças na escola. Realizariam um "pré-diagnóstico", através de relatório padronizado, considerando as queixas dos professores, dos pais, dos próprios encaminhados, além da observação que fariam deles em situação escolar e a análise do seu material escolar. Da mesma forma, procederiam ao encaminhamento para atendimento em fonoaudiologia (PMSP, SME; Seção de Fonoaudiologia, 1982).

O plano de atuação da Seção de Psicologia previa, também, aproximar o Serviço de Psicologia Escolar aos trabalhos desenvolvidos pelos Setores hoje conhecidos como Ensino Fundamental e Ensino Médio e à época conhecidos como 1º e 2º Graus, respectivamente. E pelo Setor de Educação Infantil da Divisão Técnica do Departamento de Planejamento – Deplan, além de manter e incentivar grupos de estudos e pesquisas, retomando a tradição da Seção de Psicologia. Assim, os psicólogos escolares receberam orientações escritas quanto à caracterização da escola, caracterização e atendimento das crianças, enfatizando a discussão sobre atitudes, técnicas, métodos, instrumentos utilizados pelos professores, principalmente em relação àquelas que repetiam por mais de dois anos, os chamados multirrepetentes (PMSP, SME, Departamento de Planejamento – DEPLAN; Seção de Psicologia Escolar, 1982a; 1982b).

De acordo com entrevista concedida pela chefia do Serviço, em 1982, publicada com o título "Psicólogo Escolar na Área Municipal" (1982) no jornal Folha da Tarde, nesse plano de atuação, os psicólogos escolares continuariam a atender escolas "de acordo com o índice de repetência e com o número de classes de 1ª série", e atuar em duas escolas, "fazendo psicologia preventiva". Esse trabalho implicaria numa ação junto ao professor, junto a grupos de crianças "possuidoras de dificuldades de aprendizagem", com o objetivo de colaborar na resolução do problema da evasão e do índice de repetência "em nível de estimulação". Além disso, trabalhariam ao lado da equipe técnica da unidade (orientador educacional e assistente pedagógico) na "elaboração de uma programação no sentido de sanar as dificuldades de aprendizagem" apresentadas. Às escolas que não contavam com psicólogos seriam ofertados pelo Departamento de Planejamento – Deplan.

Essa proposta coincidiu com o momento em que o Deplan se preocupava com a estrutura e funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil, especificamente, na implementação do currículo pré-escolar (PMSP, SME e DEPLAN, 1980a; a1980b; 1981a) e o

trabalho de prontidão para a alfabetização, enfatizando as funções psiconeurológicas (Poppovic, 1981; PMSP, SME; DEPLAN, 1981b e 1981c). A orientação dos técnicos e professores quanto à interação professor-aluno, e sobre o clima psicológico em sala de aula eram também, objeto de preocupação (PMSP, SME; DEPLAN, 1981d).

Embora os psicólogos recebessem orientações sobre os aspectos referidos, integrando-os de algum modo à equipe técnica da educação, a orientação geral dada é caracterizada pela realização de diagnóstico baseado na queixa escolar. Assim, pode-se supor que os psicólogos mantiveram seu espaço de trabalho na escola, principalmente porque continuaram se ocupando das dificuldades que o sistema educacional encontrava, traduzidas nas chamadas "dificuldades de aprendizagem" das crianças.

Entretanto, em tempos de redemocratização da sociedade brasileira, quando também se discutia a democratização da escola, os psicólogos tiveram acesso a textos de diversos autores, utilizados em curso para técnicos de educação da Secretaria Municipal de Educação, que possivelmente foram trabalhados com professores nas escolas, os quais abordavam assuntos relacionados aos aspectos sociológicos e antropológicos do desenvolvimento infantil e aprendizagem, à questão política da educação popular, à marginalização cultural, à saúde mental da criança, à dinâmica institucional. Era evidente a orientação filosófica e política humanista e marxista que caracterizava esse período, apresentada nos textos aos quais os psicólogos tiveram acesso, destacando-se, entre outros, Aspectos Sociológicos e Antropológicos do Desenvolvimento Infantil e Aprendizagem, no qual autores como Engels, Althusser, Pichon-Rivière, Maria de Lourdes Deiró Nosella são citados, "A Questão Política da Educação Popular", de Carlos Rodrigues Brandão, "Atitudes e Cognição no Marginalizado Cultural", de Ana Maria Poppovic, além de textos literários, como os poemas A Educação pela Pedra e Tecendo a Manhã, de João Cabral de Melo Neto (PMSP, SME e DEPLAN, 1982).

Além disso, os psicólogos escolares tiveram acesso a, pelo menos, duas importantes publicações da área nesse período: o livro Ação da Psicologia na Escola, escrito por Elcie Salzano Masini (1981), apresentando uma proposta de aconselhamento escolar, rompendo com "a crença exagerada em técnicas ou instrumentos" e a coletânea Introdução à Psicologia Escolar, organizada por Maria Helena Souza Patto (1981), que evidencia em seus artigos a questão política e ideológica que atravessa o fazer do psicólogo escolar.

Ainda no ano de 1981, sem nenhuma outra modificação oficial na estrutura do Departamento de Assistência Escolar, sua denominação foi alterada para Departamento de Saúde Escolar – DSE (PMSP. Decreto nº. 17429/81).

Nesse panorama, portanto, pode-se afirmar que os psicólogos escolares estariam, apenas, no meio de um fogo cruzado – questionamentos, novas ideias, novas propostas para a área e a rotina de trabalho clínico-escolar – com dificuldade em definirem objetivamente seu papel, e qual contribuição efetiva poderiam dar à Educação.

A necessidade de definição do papel profissional do psicólogo escolar não se deu de modo desvinculado a uma maior – definir o papel profissional do psicólogo.

Nesse sentido, é importante relatar como os órgãos de representação da categoria em São Paulo mobilizaram-se quanto a essa questão.

O Conselho Regional de Psicologia (1980-1983) e o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (1983-1986) empenharam-se, inicialmente, em caracterizar o perfil do profissional psicólogo, por meio de uma pesquisa realizada em 1981, pelo Dieese[19], cujos dados foram discutidos em mesa-redonda que contou com a participação de psicólogos convidados, membros do Sindicato e do CRP,

19 Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

em 1983[20]. O perfil do psicólogo no estado de São Paulo foi apresentado à categoria, lançando à discussão, questões relacionadas ao mercado de trabalho, como a questão de a psicologia ser uma profissão feminina, estar centrada na prática clínica e no trabalho autônomo, questionando as possibilidades da categoria se firmar como socialmente importante (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo; CRP06, 1984). Para além das questões do mercado de trabalho, outras que encaminhavam para o "reconhecimento da natureza social do trabalho psicológico, no atendimento da real demanda da população", foram lançadas, pelo CRP na gestão seguinte.

O III Encontro de Psicólogos na Área da Educação teve por objetivo definir subsídios para a elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo da área de educação (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e CRP06, 1983). E, como afirma Khouri (1994, p. 123), o CRP não só tinha clareza quanto à atuação do psicólogo no campo da educação, mas procurava valorizar a participação do psicólogo escolar na forma de ação para o 2º grau (social, inclusive no ensino de psicologia atual Ensino Médio) (CRP06, 1994, p. 94).

Nos anos seguintes, a Psicologia passou a ser definida e defendida como "uma instituição de saúde e não da saúde". Como argumentou Guirado (1994, p. 122), a Psicologia seria como uma instituição de saúde, onde quer que ela se dê: na educação, nos órgãos oficiais e privados de saúde, na promoção social, nas empresas e no consultório.

Isso, por certo, acirrou os conflitos já existentes com outros profissionais: pedagogos, médicos, assistentes sociais, administradores de empresas, levando o CRP-06, de alguma maneira, a enfrentá-los. Na gestão 1986-1989, de acordo com Reis (1994, p. 98) e Maciel (1994, p. 99), o Conselho realizou "uma discussão aberta" com pedagogos sobre as formas de atuação da psicologia e da

20 Participaram da mesa-redonda os psicólogos: Ana M. B. Bock, Yvonne G. Khouri, Kimie Yamamoto, Lazslo A. Ávila, Luiz Humberto Sivieri, Marilena K. Silva Leite, Odette G. Pinheiro, Sérgio A. Silva Leite, Sueli D. Pacífico e Wanda M. J. Neves. (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e CRP06, 1984)

pedagogia. Entretanto, "em meio às discussões teóricas, a questão financeira e jurídica de reserva de mercado se impunha. O conflito com os educadores já trazia a questão sobre a criação de um curso de psicopedagogia, e sobre a docência de matérias de psicologia no curso magistério".

Na perspectiva que qualificava o psicólogo como um profissional de saúde, trabalhando no campo da educação, maior oportunidade para discussões sobre a função do psicólogo escolar e a escola pública foi dada a partir de 1983, quando o Serviço de Psicologia Escolar foi transferido ainda em caráter não oficial o que ocorreria somente em julho de 1985, para o Departamento de Planejamento – Deplan, na administração municipal de Mario Covas (1983-1985), tendo como secretária da educação Guiomar Namo de Mello, pelo mesmo período (PMSP. Decreto nº 21084/85).

Em clima de abertura política, mas, ainda, em anos de regime autoritário, no governo do General João Batista Figueiredo, a cidade de São Paulo teve uma administração de oposição. Merecem destaque os dados históricos promotores dessa conquista.

Em dezembro de 1979, foi aprovada a Nova Lei Orgânica dos Partidos extinguindo as organizações Aliança Renovadora Nacional – ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB, estabelecidas em 1965, obrigando-as a utilizar o nome de "partido". Assim, a ARENA transformou-se em Partido Democrático Social (PDS) e o MDB converteu-se em PMDB, reunindo as forças de oposição ao regime. A abertura do regime possibilitou o aparecimento das diferenças ideológicas e pessoais e, novos partidos surgiram, dentre eles o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (Fausto, 1995).

O calendário de eleições diretas para o Congresso Nacional e para Governadores, que ocorreria em 1982, foi mantido por Figueiredo, ampliando o debate eleitoral. Nessas eleições, embora o PDS tenha conquistado vitória no Senado e Câmara dos Deputados, no âmbito dos governos de estado as oposições conseguiram

algumas vitórias expressivas, como em São Paulo, onde o PMDB elegeu Franco Montoro, que no ano seguinte indicou Mario Covas para prefeito da Capital. Portanto, pela primeira vez, uma força de oposição ao regime autoritário governou o Estado de São Paulo e a prefeitura da capital simultaneamente.

Uma nova Política Educacional é proposta nas duas instâncias em defesa do ensino público, cujos aspectos principais referem-se à gestão democrática quanto ao acesso à escola e administração interna; à melhoria da qualidade de ensino para ampliar a permanência da criança na escola; à melhoria das condições do educador e valorização da sua participação nas decisões educacionais; à recuperação da função educacional da escola como transmissora de conhecimentos à qual as ações assistenciais estivessem subordinadas como apoio ao ensino-aprendizagem (Estado de São Paulo. Secretaria as Educação, 1983; PMSP, SME, DEPLAN, 1985).

A condição do psicólogo escolar na PMSP, como sendo exclusivamente um profissional da área de Saúde é abalada, pois compunha, junto com médicos, dentistas, fonoaudiólogos o rol de profissionais do Departamento de Saúde Escolar e a partir de 1983, deixa o Departamento de Saúde Escolar – DSE para trabalhar no Departamento de Planejamento – Deplan, da mesma Secretaria da Educação, compondo agora, o quadro técnico junto com assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, diretores e supervisores de ensino. O Serviço de Psicologia Escolar permanece nesse Departamento até o final de 1985, quando retorna aos quadros do Departamento de Saúde Escolar, na próxima administração.

PSICÓLOGO ESCOLAR, UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO?

O primeiro movimento, para a integração dos psicólogos escolares ao Departamento de Planejamento parece ter partido do

próprio gabinete da Secretaria da Educação, que definiu o espaço de trabalho para a Psicologia Escolar. Com a assessoria de Ana Maria Poppovic, priorizou-se aos psicólogos um trabalho que visasse à integração das Escolas Municipais de Educação Infantil e classes de pré-escola, alocadas nas Escolas Municipais, com a série inicial, além do atendimento a essa série. A chefia do Departamento solicitou também um Programa de Trabalho que sistematizasse as atividades e competências dos psicólogos (PMSP, SME, DEPLAN; Seção de Psicologia Escolar, 1983).

Nessa época, o Serviço de Psicologia Escolar contava com 95 psicólogos. O Programa de Trabalho, além das prioridades já especificadas, estabelecia que, cada psicólogo atenderia no máximo duas escolas e que suas funções estariam relacionadas ao encaminhamento das crianças, ao atendimento em psicomotricidade, ao trabalho com mães e professores, ao acompanhamento de classe experimental para crianças multirrepetentes, que apresentassem dificuldades escolares. Também participaria de grupos de pesquisa e seria responsável por estagiário do Curso Psicologia.

Não há, portanto, atualmente, modificação alguma nas funções dos psicólogos escolares, elas são as mesmas desde o Projeto Piloto (1975). A queixa escolar ainda é determinante para que o trabalho se realize.

Entretanto, havia por parte de um grupo de psicólogos escolares expectativa positiva para a elaboração de um novo Plano de Trabalho e, talvez, para a definição do papel do psicólogo escolar. Esses psicólogos confiavam na assessoria de Ana Maria Poppovic para isso. Infelizmente, sua morte súbita frustrou essa expectativa.

Ainda no ano de 1983, foram promovidos cursos e reuniões com conteúdo político e humanista para o grupo de psicólogos e equipes escolares (diretores, assistentes de diretor, auxiliares de direção, técnicos de educação, orientadores educacionais, assistentes pedagógicos, supervisores de ensino) discutirem sobre: o cotidiano

da escola, a função social do educador, os mecanismos de seletividade no ensino de I grau, a necessidade de se efetivar a democratização da escola, com o objetivo de que ao final, cada unidade escolar elaborasse uma proposta para o enfrentamento do problema do fracasso na escola (PMSP, SME, DEPLAN; Cenafor/MEC, 1983).

A crítica realizada nesse momento referia-se à escola como reprodutora da ideologia liberal, que fundamenta os valores da sociedade brasileira, entre os quais está o que atribui o ônus do fracasso à incompetência pessoal, e do êxito, ao esforço individual. Assim, como denominada à época, a relação entre professor-aluno passou a ser intensamente discutida, e questionada a visão que atribui aos próprios alunos, ou a suas famílias, os problemas de comportamento e aprendizagem. Acreditava-se que os psicólogos poderiam colaborar nessa tarefa.

Ao que parece, houve, de fato, por parte da SME, uma intenção de redimensionar a atuação do Serviço de Psicologia Escolar e, em contrapartida, observa-se que o Serviço também procurou sistematizar, de acordo com as diretrizes adotadas, proposta de trabalho para o ano seguinte, definindo sua participação junto ao Deplan, na perspectiva de contribuir efetivamente com o trabalho desenvolvido pela equipe escolar, em cada unidade, no próprio Departamento, integrando equipes responsáveis pela elaboração de orientações técnicas a serem levadas às escolas em forma de planos, subsídios, treinamentos, e nas Delegacias Regionais de Ensino, integrando equipes multidisciplinares e atendendo escolas de 1º grau e de educação infantil, que não contavam com a presença de psicólogo. Assim, o psicólogo teria por objetivo geral, em seu trabalho:

> colaborar para a melhoria da qualidade de ensino, desenvolvendo atividades da área da psicologia, como apoio técnico ao processo ensino-aprendizagem; atender às prioridades da SME no que se refere ao atendimento às faixas de pré-escola e séries em processo de alfabetização, participando da capacitação de professores e no

> conhecimento do aluno, e atender às reais necessidades da escola através de ação multidisciplinar, integrada a todos os elementos da equipe escolar (PMSP, SME, DEPLAN; Seção de Psicologia Escolar, 1984a).

As funções específicas a serem realizadas pelos psicólogos escolares foram detalhadas em documento, o que faz supor a provável busca de uma uniformidade para o trabalho a ser realizado pelo conjunto de psicólogos escolares. Deveriam, pois

- participar das reuniões de equipe técnica administrativa na unidade, das reuniões pedagógicas e comissões de classes, observação e avaliação dos alunos; encaminhando-os, quando necessário, para as Clínicas Especializadas do Departamento de Saúde Escolar ou, para outros recursos da comunidade;

- atuar junto aos professores, acompanhando-os em suas atividades e orientando-os individualmente, ou em pequenos grupos, através de cursos, palestras, reuniões, entrevistas;

- atuar junto a grupos de alunos com dificuldades, e junto a monitores - alunos de 5ª a 8ª série; orientação aos pais, no sentido de promover maior integração da criança na escola, por meio de atendimentos individuais, ou grupais, palestras e clube de mães (PMSP, SME, DEPLAN; Seção de Psicologia Escolar, 1984b).

O que se observa aqui é uma alteração na ordem das prioridades do trabalho, devendo o psicólogo inicialmente "procurar conhecer a escola, integrar-se à equipe escolar, informar e oferecer seus serviços à comunidade", e não mais "proceder a cadastramento psicológico de alunos" (PMSP. Portaria nº. 2025/77). Nessa perspectiva, "os distúrbios individuais" deixariam de ser enfatizados e maior atenção seria dada à estrutura de ensino. Além disso, o psicólogo comporia "oficialmente" a equipe escolar, colaborando na elaboração

dos chamados "períodos preparatórios para alfabetização", e na orientação e acompanhamento de classes em processo de alfabetização, na pré-escola, na 1ª ou na 2ª série (PMSP, SME, DEPLAN; Seção de Psicologia Escolar, 1984c), mesmo mantendo a responsabilidade de encaminhar crianças às Clínicas Psicológicas.

A reflexão e o redimensionamento da Psicologia Escolar ganham força com a crítica à "psicologia instrumental" e com a defesa da "abertura do pensamento para além do estrita e restritamente psicológico, gerado no âmbito das demais ciências humanas e na coparticipação das classes populares" (Patto, 1984, p. 4).

Num momento em que uma parcela de psicólogos escolares sinalizava, através dos órgãos de classe, a necessidade de debates, que teriam por objetivo definir a contribuição da Psicologia ao processo educacional, é publicado o livro Psicologia Escolar (KHOURI, 1984), com o objetivo de oferecer subsídios para o estabelecimento de alguns paradigmas de atuação, definindo mais claramente a contribuição dos psicólogos à educação, a partir da reflexão crítica sobre a realidade educacional brasileira. A edição desse livro parece ter sido uma resposta pública ao processo de questionamento de um grupo de psicólogos escolares da PMSP, quanto ao compromisso da Psicologia Escolar com a realidade educacional paulistana.

Vinculado ao movimento maior que pretendia definir o papel social da Psicologia, nos anos em que o Serviço de Psicologia Escolar integrou o Departamento de Planejamento na Secretaria da Educação (1983-1985) parece ter havido, de fato, um redimensionamento, tanto técnico como político, da atuação do psicólogo escolar, o que faz supor que essas ações pudessem se consolidar, nos anos seguintes, fundamentando a construção de um projeto comum.

O contexto político brasileiro, no período de 1983-1985, propiciava novas conquistas.

Por peso da vontade popular, buscou-se o fim do regime militar. Novos tempos. Eleições diretas para presidente da República – Movimento das Diretas-Já.

Iniciado no partido de oposição PMDB, em 1983, quando o deputado Dante de Oliveira apresentou emenda constitucional por eleições diretas para presidente da República, o movimento se intensificou nas ruas, em 1984. São emblemáticas as manifestações populares que antecederam a votação da emenda no Congresso Nacional, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, em 10 de abril, e na cidade de São Paulo, em 16 de abril, reunindo cerca de um milhão e dois milhões de pessoas, respectivamente; buscavam representação autêntica, resolução dos problemas relacionados à inflação, à segurança, aos baixos salários (Fausto, 1995, p. 509).

Embora a emenda não tenha sido aprovada, as eleições indiretas consagraram Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, em 15 de janeiro de 1985, candidatos da Aliança Democrática (PMDB e Frente Liberal).

"Acabou o ciclo autoritário; Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 64". Essa foi a manchete do jornal Folha de São Paulo, no dia seguinte ao da votação (Pilagallo, 2002, p. 165). Entretanto, antes da posse (15 de março) Tancredo adoece vindo a falecer em 21 de abril. Sarney que tomara posse interinamente assume, então, efetivamente, a presidência da República.

José Sarney assumiu o governo do Brasil numa situação econômica das mais difíceis: a inflação seguia sua escalada. Em 28 de fevereiro, anuncia o Plano Cruzado, convocando "as brasileiras e os brasileiros a colaborar na execução do plano e travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação" (Fausto, 1995, p. 522). O Plano Cruzado após alguns meses já fracassara. Um grande sentimento de frustração abalou a sociedade brasileira. Entretanto, alguma esperança foi depositada na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

De todo modo, as liberdades públicas foram preservadas. Ainda, em maio de 1985, foram restabelecidas as eleições diretas para a presidência da República, como também foi aprovado o direito de voto aos analfabetos e a legalização de todos os partidos políticos.

Observa-se nesse ano que o PMDB, partido de oposição e de grande projeção na condução da redemocratização brasileira é derrotado na capital de São Paulo, quando Fernando Henrique Cardoso perdeu as eleições da prefeitura para Jânio da Silva Quadros (1986 – 1988), mostrando que continuavam vivas algumas das figuras políticas populistas, indicando a perda de prestígio do PMDB, em uma das mais importantes capitais do país.

Na administração Jânio Quadros, o Serviço de Psicologia Escolar voltou a pertencer aos quadros do Departamento de Saúde Escolar – DSE; qualquer possibilidade para a consolidação de um novo projeto de atuação para a Psicologia Escolar foi, então, perdida.

Talvez já estivesse perdida, como mostra a pesquisa O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional, realizada em 1986, que teve por objetivo conhecer a atividade do psicólogo escolar da PMSP, através de suas ações e representações quanto à sua autonomia, função da escola, condições de trabalho. A pesquisa aponta para uma situação interpretada como "muito pouco definida"; mostra um Serviço de Psicologia Escolar deslocado da sua história e propósito (Neves, 1989, p. 149).

Entretanto, verifica-se que desde a criação do Serviço, como também nos anos em que o Serviço de Psicologia Escolar integrou o Departamento de Planejamento – DEPLAN, alguns movimentos da Seção de Psicologia Escolar indicam a busca por um plano que definisse precisamente a atuação dos psicólogos na escola e sua inserção oficial na equipe escolar.

Ao que parece, houve uma impossibilidade de apropriação por parte dos psicólogos escolares do projeto que poderia ser construído. Além da política educacional implantada, após 1986 na prefeitura de São Paulo, que fechou qualquer possibilidade para uma definição do papel do psicólogo escolar, pode-se afirmar que o término das discussões sobre a Psicologia Escolar entre os órgãos de representação da categoria dos psicólogos e educadores e a atenção crescente ao redimensionamento do sistema de saúde público brasileiro, com a participação de psicólogos nas equipes multiprofissionais de saúde, agravaram essa situação, culminando com a extinção do Serviço de Psicologia Escolar, em 1989.

5

A TRANSFERÊNCIA DOS PSICÓLOGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Uma política populista, autoritária, ainda mais burocratizada se instalou na Secretaria Municipal da Educação da prefeitura de São Paulo, com a posse de Jânio Quadros, em 1986, embora os registros oficiais acusem como objetivo dessa administração a implantação de uma política de descentralização, priorizando a autonomia da escola e poder de decisão às Delegacias Regionais de Educação (PMSP, SME e Memória Técnica Documental, 2000, p. 29). Os documentos elaborados pela gestão anterior, contendo orientações políticas e pedagógicas para a construção de uma escola democrática foram, literalmente, destruídas.

Para o Serviço de Psicologia Escolar, a alteração na estrutura da Secretaria teve como consequência seu retorno aos quadros da Seção de Psicologia da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar – DSE, reaproximando-o dos objetivos desse Departamento: "desenvolver programas de merenda escolar, oferecer assistência médica, odontológica e psicológica às crianças e adolescentes das escolas, no desenvolvimento e aplicação de técnicas adequadas à prevenção de anomalias físicas ou mentais" (PMSP. Lei 7037/67, art. 2º), encaminhando-os a tratamentos especializados, quando necessário. Portanto, afastando-o da elaboração de propostas educacionais realizadas pelo Departamento de Planejamento – DEPLAN.

A Seção de Psicologia manteve nessa circunstância suas orientações iniciais para a atuação dos psicólogos escolares. A atenção ao processo de alfabetização: pré-escola e dois primeiros anos iniciais (1ª e 2ª série) oferecendo subsídios para professores, elaborados por pequenas equipes de psicólogos escolares pertencentes a uma mesma região em: Orientação sexual; Agressividade em sala de aula; Aspectos psicológicos da adolescência; e Características do estudante do Ensino Supletivo.

Entretanto, o período caracterizou-se como de isolamento dos psicólogos nas suas unidades, pois as reuniões regulares para

troca de experiências ou elaboração de uma proposta coletiva de trabalho realizadas no período anterior, não mais aconteceram.

Tempo de desesperança e frustração para muitos psicólogos escolares. Fato significativo foi o "adormecimento" da Associação dos Psicólogos da Prefeitura, que parecia não ter nenhuma razão imediata para existir[21].

Tempo de desesperança e frustração para a maioria da sociedade brasileira, apesar do fim do período de ditadura (1964-1985).

Tempo de "uma certa modorra..."[22], no órgão de representação dos psicólogos de São Paulo – CRP06. A categoria, de algum modo, também adormeceu. São fatos representativos: a candidatura de chapa única para a direção do Conselho triênio 1986-1989, fato que não ocorria há três gestões, e a desistência de quase 50% dos conselheiros, nos anos seguintes à posse, espelhando a crise instaurada no país (CRP06, 1994, p. 146).

Nesse período, a Psicologia Escolar e a participação do psicólogo em equipes multiprofissionais na educação pública perdiam espaço na agenda das discussões articuladas, nos anos anteriores, pelo CRP06 e Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo junto a outras entidades representativas dos profissionais de educação. Certas pressões de orientadores educacionais e de outros técnicos da educação fizeram com que a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp abandonasse "a perspectiva de estar discutindo a questão da psicologia e da formação da equipe multiprofissional na escola pública" (Ladeia, 1991, p. 138-139).

Sem nenhum espaço na própria administração, ou nos Congressos de Educação que permitisse reflexão sobre sua própria

21 O "adormecimento" da APP foi decidido em assembleia extraordinária, para a qual foi muito difícil conseguir quórum mínimo de participantes, que eram, em expressiva maioria, psicólogos escolares e clínicos da Seção de Psicologia do DSE, seus sócios fundadores (nota da autora).

22 Uma certa modorra..., é o título do capítulo 14 do livro Uma Profissão Chamada Psicologia CRP06, 20 anos (CRP06, 1994).

história e de criação de um plano que pudesse consolidar as mudanças engendradas na administração anterior, os psicólogos escolares da prefeitura "adormeceram", não buscaram mais nada... Essa situação não só se caracterizava como esvaziamento da atividade do psicólogo escolar na PMSP, como também, continha a perspectiva de que os psicólogos a abandonariam (Neves, 1989, p. 163).

Na verdade, parece que a situação de abandono já se concretizara tanto pela via político-administrativa, quando da transferência dos psicólogos escolares do Departamento de Planejamento para o Departamento de Saúde Escolar, como pela perda de espaço de discussão com os demais profissionais da educação sobre a participação de psicólogos nas equipes multiprofissionais da educação, por parte dos próprios psicólogos, que não tinham conseguido, até então, consolidar uma nova ação e lutar por espaço de trabalho.

É importante registrar que, nessas condições, e sem a participação do grupo de psicólogos escolares e clínicos lotados na Seção de Psicologia, esta "ganhou" o status de Divisão, composta pela Seção de Psicologia Clínica, Seção de Psicologia Escolar e Seção de Apoio Técnico, no DSE (PMSP. Lei Nº 10675/88), deixando, portanto, de estar subordinada à Divisão de Assistência Médica.

O marasmo que se instalou para os psicólogos escolares nos anos Jânio Quadros não chegou a ser abalado nem com a notícia da transferência do Departamento de Assistência Escolar do Estado de São Paulo – DAE da Secretaria Estadual de Educação para a Secretaria Estadual da Saúde, em 1987. Nessa ocasião, esses psicólogos passaram a trabalhar nos Centros de Saúde.

O problema do fracasso escolar continuou na pauta das discussões da Educação e ganhou expressão na área da Saúde.

O diagnóstico e o encaminhamento de crianças consideradas com dificuldades em adaptarem-se às condições de ensino ainda estavam em discussão entre os psicólogos escolares da prefeitura,

mesmo porque era considerado por alguns como determinante na sua atuação; além disso, esse procedimento era, também, considerado por muitos educadores como aquele que dava ao psicólogo seu estatuto profissional.

Nesse momento, envolvidos com o tema do fracasso escolar, alguns psicólogos escolares da prefeitura buscaram aprofundamento teórico na área dos problemas de aprendizagem, e se juntaram aos pedagogos que vinham fortalecendo a área de estudo e atuação da psicopedagogia clínica, que emergia com grande prestígio (Parente, 2005)[23].

Assim, envolvidos com esse tema específico; distanciados dos questionamentos sobre os paradigmas que sustentavam a teoria e a prática da psicologia escolar, das discussões sobre as transformações necessárias à escola pública, no sentido de alterar sua condição autoritária, opressora, pode-se afirmar que a maioria dos psicólogos escolares da prefeitura de São Paulo permaneceu submissa à essa estrutura.

Além disso, parece que, a maioria dos psicólogos escolares também desconhecia as transformações, que já eram realizadas no sistema público de saúde brasileiro, e que definiriam a extinção do Serviço de Psicologia Escolar e a transferência do DSE para a Secretaria Municipal de Saúde.

Foi no contexto da crise econômica no início dos anos 80, quando a população passou a se organizar e lutar por um sistema de saúde que atendesse toda a população, e não apenas aos contribuintes da Previdência Social, que começaram a ser delineadas as bases para uma reformulação dos serviços básicos de saúde, incluindo a regionalização dos serviços e dos profissionais (Bertone, 2002, p. 60).

23 Sonia Maria B. A. Parente trabalhou na Seção de Psicologia da prefeitura de São Paulo como psicóloga escolar de 1977 a 1980 e como psicóloga clínica (nas Clínicas de Saúde Escolar atendendo crianças pré-escolares e escolares dos anos iniciais), de 1981 a 1987.

Portaria Interministerial (Ministério da Saúde, da Previdência, da Assistência Social e da Educação e Cultura, em 1984, autoriza a celebração de convênios com os estados e municípios, repassando recursos para as Secretarias de Saúde, através das Ações Integradas de Saúde – AIS que objetivam atenção integral à saúde, com serviços organizados em: unidades básicas de saúde, rede de ambulatórios para atendimentos especializados e a rede hospitalar (Jackson e Cavallari, 1991, p. 11).

Mas foi somente no contexto da redemocratização do Brasil, a partir de 1985, que o tema relativo à universalização do atendimento médico, como por exemplo, a equiparação da atenção às populações rurais e urbanas, passou a ser debatido.

Vale destacar a importância da VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília, em 1985, na reformulação da política de saúde brasileira. O relatório final da Conferência é aprovado, recomendando não só a descentralização do sistema, mas também a participação popular e a gestão local. Nesse momento, o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira foi ampliado para além da categoria médica, definindo o Sistema Único de Saúde – SUS (Bertone, 2002, p. 76-83).

Em cinco de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição brasileira, determinando que as ações e serviços públicos de saúde passariam a integrar uma rede regionalizada, constituindo um Sistema Único, com prioridade para ações preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade (Brasil, 1988, art. 198).

De acordo com a Constituição, foram idealizadas as propostas para a Secretaria da Saúde do município de São Paulo, para a próxima gestão 1989 – 1992. Essa administração teve como prefeita Luiza Erundina, como secretário da Educação Paulo Freire e como secretário da Saúde Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho.

Nos primeiros meses do mandato, a Secretaria de Educação foi parcialmente reorganizada. Foram transformadas as instâncias da Superintendência Municipal de Educação - Supeme e o Departamento de Planejamento – Deplan em Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa – Conae, e Departamento de Orientação Técnica – DOT, respectivamente, assim como as Delegacias Regionais de Educação Municipal em Núcleos de Ação Educativa – NAEs. O Departamento de Saúde Escolar – DSE da Secretaria de Educação foi transferido para a Secretaria de Higiene e Saúde, extinguindo dessa forma, todas as atividades realizadas no período de 1967 a 1988 (PMSP. Decreto nº 27695/89).

Justificativa para a transferência do DSE foi dada com base no novo modelo de atenção à saúde mental. Os profissionais desse Departamento, incluindo os psicólogos escolares e clínicos da Seção de Psicologia, passaram a integrar os quadros de profissionais trabalhadores em: Hospital Geral, Hospital Dia, Unidades Básicas de Saúde – UBS, ou Centro de Convivência e Cooperativa.

A unidade de saúde mental estabelecida em Hospital Geral atenderia emergências psiquiátricas (leitos de observação, enfermaria psiquiátrica, e psicologia hospitalar); o Hospital Dia teria a função de oferecer atenção intensiva ao paciente em crise, sem excluí-lo do convício familiar e social, evitando internação ou mais de uma internação; a Unidade Básica de Saúde teria por função estabelecer contato com as instituições – escolas, creches, fábricas – promovendo reflexão sobre seu funcionamento, exercendo papel questionador dos processos sociais geradores de sofrimento (sistema educacional inadequado, relações sociais de trabalho); e os Centros de Convivência e Cooperativa seriam espaços de reintegração social e produtiva à parcela excluída da população, e, para isso, ofereceriam atividades culturais e esportivas (PMSP e Secretaria da Saúde, 1989).

Por decreto determinou-se a participação dos psicólogos escolares nas equipes multiprofissionais de saúde.

O novo sistema implantado baseou-se "no combate à cultura manicomial presente nas instituições e na maioria da população, na criação de um modelo assistencial de saúde mental que tornasse desnecessária a internação psiquiátrica asilar, e no confronto político contra a instituição psiquiátrica manicomial e asilar e seus interesses subjacentes" (PMSP e Secretaria da Saúde, 1989).

Nessa perspectiva, a escola passaria a realizar os encaminhamentos para as Unidades Básicas de Saúde – UBS, onde crianças e adolescentes seriam recebidos por uma equipe multiprofissional para triagem, que incluía: entrevistas com o professor, orientador pedagógico e com o próprio encaminhado. Caso confirmada a suspeita de "quadro clínico específico de saúde mental" (deficiência mental e/ou doença mental) a providência seria a realização de psicodiagnóstico e, se necessário, atendimento terapêutico na própria UBS. Não sendo comprovado "quadro clínico", o procedimento previa orientação à família e aos "agentes institucionais da escola". Na persistência da escola encaminhar crianças em que não se verificasse "quadro clínico", uma ação da equipe de saúde mental seria realizada na própria escola, utilizando-se da estratégia da Análise Institucional. Além disso, a escola poderia utilizar os serviços da equipe multiprofissional do Centro de Convivência, encaminhando pais, crianças, adolescentes e professores, para discutirem e refletirem sobre as práticas educacionais.

Essa proposta fundamentou-se na denominada "distorção" que existia no encaminhamento de crianças aos serviços de psicologia, e na "concepção profilática atrasada" das ações dirigidas à população escolar até 1988. Ou seja, os dados sobre encaminhamentos realizados pela escola, referentes aos distúrbios de conduta e de aprendizagem foram analisados como mantenedores de "exclusão autoritária", pois esse procedimento buscava legitimar, no campo da saúde, os problemas institucionais gerados na sua dinâmica interna, seja por não compatibilizar métodos pedagógicos e as necessidades da resolução dos conflitos que se instalavam entre a conduta do

professor com estudante, ou entre os próprios estudantes (PMSP e Secretaria da Saúde, 1989).

Alguns psicólogos escolares não concordavam com essa análise para o Serviço de Psicologia Escolar, e, inquietos, formaram um pequeno grupo (cerca de oito profissionais), que resistiu à mudança, embora administrativamente a transferência já tivesse ocorrido. Esse grupo concordava que o Serviço de Psicologia Escolar não havia consolidado nenhuma proposta coletiva de atuação, mas considerava que sua extinção caracterizaria o rompimento com qualquer possibilidade de se construir um plano que refletisse a concepção que enfatizava a atenção primária em saúde, como bem explica Contini (2000): "para além dos limites da ausência de doença, ligada aos vários aspectos que estão presentes na vida do homem, como moradia, lazer, educação, trabalho, etc." (p. 47).

O grupo reconhecia que historicamente a Psicologia era vista como possuidora de técnicas eficazes para ajudar no "aumento da produtividade" do sistema escolar, colaborando para a manutenção do *status quo*, mas argumentava que a atuação dos psicólogos escolares na PMSP tinha por objetivo promover relações interpessoais democráticas de todos quantos pertencem à comunidade escolar, a partir de um modelo comprometido com a transformação da estrutura social e não mais com sua conservação, participando do processo educacional, seja na forma da organização geral da escola, na relação com a comunidade, no seu sistema de comunicação, na sua atividade curricular.

Entretanto, a grande maioria dos psicólogos escolares aceitou a nova direção, sem nenhuma resistência. São várias as possibilidades de explicação para essa posição. Talvez, pertencer aos quadros da Secretaria da Saúde oferecesse para alguns psicólogos o conforto de manterem seu estatuto tradicional, advindo da Psicologia Clínica, para outros poderia significar que o trabalho na UBS (que passou a receber os encaminhamentos da escola) seria facilitado,

pois poderiam intervir nas questões de aprendizagem, livres das interferências da instituição escolar. Mas, há um fator que parece ter sido determinante: os profissionais, agora lotados na Secretaria de Saúde, recebiam em seu salário uma verba adicional, Gratificação de Assistência à Saúde – GAS, que aumentava em 95% seus proventos[24]. Retornar à Secretaria da Educação implicaria, portanto, em perda de salário.

De todo modo, o pequeno grupo que ainda defendia a Psicologia Escolar acreditava poder manter a verba GAS, pois se apoiava na concepção de assistência primária à saúde, como forma de garanti-la. Assim, contando com a verba em seus salários, algumas psicólogas escolares desse grupo, três apenas, aceitaram trabalhar no Departamento de Orientação Técnica – DOT (antigo Deplan) da Secretaria Municipal da Educação, "emprestadas" pela Secretaria Municipal da Saúde, participando de equipes responsáveis por diferentes programas implantados na rede de ensino – Programa de Alfabetização de Crianças, Programa de Alfabetização de Adultos, Programa de Orientação Sexual, o denominado Programa de Integração 4ª e 5ª série (integração entre o período em que apenas um professor era responsável por todas as disciplinas ministradas e o período em que vários professores especialistas passavam a ministrar as aulas), dentre outros. Entretanto, isso só ocorreu pela sensibilidade do Professor Paulo Freire (secretário da educação à época) e pelo reconhecimento dos profissionais do DOT do trabalho do psicólogo, pois alguns deles acompanharam a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar.

Essa foi, sem dúvida, uma oportunidade para psicólogos participarem de equipes multiprofissionais de educação, retomando uma das ações implantadas na gestão 1983-1985, e concretizando a

24 A criação da verba GAS foi o modo pelo qual a prefeitura de São Paulo encontrou para garantir o redimensionamento do atendimento à saúde no município, seguindo a proposta implantada pelo SUS, porque não recebia verba desse sistema.

ação defendida pela categoria de psicólogos escolares, quando isso ainda era tema de discussão nos Congressos de Educação.

Entretanto, essa possibilidade teve curta duração, pois, logo no início de 1990, por determinação da Secretaria da Saúde, mereceriam gratificação no salário apenas os profissionais que efetivamente trabalhassem nessa secretaria. Nessas circunstâncias, encerrou-se qualquer atividade da Psicologia Escolar na Prefeitura de São Paulo. Um único profissional aceitou ter seu salário reduzido, e permaneceu até julho de 1992 na DOT, assumindo sua vaga em UBS por pouco tempo. Como protesto final me demiti em maio de 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma história crítica do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo (1975-1989), foi objetivo deste estudo, identificando-o como uma referência para a História da Psicologia no Brasil. Ao relacionar os movimentos específicos desse Serviço, a partir da análise de vasta documentação, à trama das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, buscou-se compreender a tensão da Psicologia Escolar entre a Saúde e a Educação.

O mais longe que se pode ir para conhecer os projetos do governo municipal de São Paulo na educação e a participação da Psicologia em suas orientações, a pesquisa levou à assistência à infância, com a criação dos Parques Infantis, quando novas exigências voltadas à educação, à saúde e à cultura foram impostas ao país, com o movimento de 1930 (avanço da industrialização e expansão de setores populares urbanos), e da consequente preocupação do governo e das elites para com a educação dos filhos dos operários.

Nesse momento, a Psicologia, já em desenvolvimento no Brasil, avançou articulada ao projeto social brasileiro e apoiada nas vertentes: educacional e clínica, empenhada na construção de instrumental técnico e conhecimento científico para auxiliar a prática pedagógica. Pode-se notar ainda, nesse período, a influência do pensamento higienista e do movimento renovador na educação, sustentando a preocupação com a integração da educação e saúde no projeto educacional da educação infantil da cidade de São Paulo.

A instalação na Secretaria de Educação e Cultura de um Laboratório de Investigações Educacionais, e nesse laboratório de um Setor de Psicologia Clínica, em 1947, indicou que Psicologia Educacional e Psicologia Clínica caminhavam juntas, aparentemente, sem conflito. A Psicologia Educacional ou ainda, a Psicologia

da Aprendizagem eram reconhecidas pelos seus estudos sobre as medidas das diferenças individuais quanto à inteligência e desenvolvimento infantil e a consequente adaptação da criança ao contexto educativo. Também a Psicologia Clínica era reconhecida, pois se dedicava ao psicodiagnóstico e tratamento psicoterápico dos considerados distúrbios de aprendizagem. Nessa perspectiva, os primeiros psicólogos clínicos conquistaram espaço de trabalho na Secretaria de Educação e Cultura, que mantinha, ainda, os serviços de psicologia, medicina preventiva, fonoaudiologia e psicopedagogia.

Foi possível constatar neste estudo a importância da década de 1950 para a expansão da Psicologia no Brasil, com o início dos cursos de especialização em Psicologia Clínica e Educacional e a organização dos psicólogos em associações, que passaram a lutar pela regulamentação da profissão. Ao final dessa década, iniciaram-se os primeiros cursos destinados à formação de psicólogos.

Na prefeitura de São Paulo, em 1956, o Departamento de Educação até então voltado à educação pré-escolar passou a responsabilizar-se pelo ensino primário, que foi estruturado com o agrupamento das escolas isoladas existentes na prefeitura de São Paulo. O ensino primário foi implantado, nesse momento, na perspectiva de resolver o problema do analfabetismo na cidade de São Paulo. Essa data marcou também a consolidação da Psicologia Clínica, com a criação das Clínicas Psicológicas da PMSP. Embora o Setor de Psicologia Clínica já existisse há quase dez anos, atendendo pré-escolares, as Clínicas Psicológicas ganharam destaque, possivelmente pela atenção dada ao ensino primário e a subestima à educação pré-escolar realizada nos Parques Infantis. As clínicas mantiveram suas tarefas: diagnosticar e oferecer terapia às crianças, orientar e oferecer cursos aos educadores, com ênfase nos aspectos psicológicos do desenvolvimento infantil.

Foi possível acompanhar o movimento da Educação na prefeitura de São Paulo durante os anos 1960, quando houve expansão

do ensino primário, o aumento dos índices de reprovação no primeiro ano e a criação, em 1967, do Departamento de Assistência Escolar, constituído, dentre outras, pela Divisão de Assistência Médica, na qual foi criada a Seção de Psicologia Clínica.

Quanto à Psicologia Educacional, a pesquisa não encontrou dados que mostrassem sua inserção, verificou-se apenas, o predomínio do atendimento e a orientação clínica às escolas.

Foi somente em meados dos anos 1970, que a psicóloga Yvonne Khouri, então chefe da Seção de Psicologia Clínica, considerando o crescente aumento de crianças encaminhadas às Clínicas Psicológicas, foi motivada à realização de estudos, envolvendo crianças, pais, professores, cujas análises mostraram que os chamados distúrbios de escolaridade poderiam ser prevenidos ou minimizados mediante ação do psicólogo na escola. Assim, em 1975, foi implantado um projeto piloto, proposto pela chefia da Seção, que originou o Serviço de Psicologia Escolar.

Importante foi conhecer a proposta do Projeto da Psicologia Escolar (1975): de ação eminentemente profilática, de abrangência comunitária, em escolas localizadas na periferia da cidade de São Paulo, teve por objetivo facilitar o processo educativo, através da integração das técnicas psicológicas no processo multidisciplinar da educação, mediante ações integradas entre psicólogos, assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, professores e pais.

Não se pode esquecer que, nesses tempos, o Brasil vivia sob a ditadura militar e a marca autoritária e centralizadora podia ser percebida, especialmente no poder exercido pelo diretor, que definia o trabalho a ser realizado pelos psicólogos dentro das escolas. Nessas condições, para conseguirem aproximação com professores e/ou pais em trabalho grupal, os psicólogos realizavam atividades consideradas de base clínica, portanto, uma psicologia clínica escolar preventiva. Além do trabalho interno realizado nas escolas,

o Serviço de Psicologia Escolar, oferecia cursos, chamados de treinamento aos diretores e professores, abordando temas relativos ao desenvolvimento infantil, e temas estudados à época por Ana Maria Poppovic, como privação cultural e prontidão para alfabetização. Portanto, nada muito diferente do trabalho realizado pelos psicólogos clínicos na década de 50.

Pode-se verificar o movimento dos psicólogos da prefeitura no final dos anos 1970, quando ao lado da prática clínica preventiva na escola, outros trabalhos passam a questionar o sistema educacional e buscar uma definição para o papel do psicólogo na escola. Esse movimento, como se pode constatar, fez parte de um movimento maior, marcado pela influência do pensamento marxista na busca da própria definição da Psicologia e da identidade profissional do psicólogo. Eram tempos de renovação para a sociedade brasileira na luta por liberdades democráticas. Assim, a Psicologia Escolar na PMSP passou a viver momentos de maior enfrentamento com as forças antagônicas que se tornaram presentes nos movimentos que tentavam definir a área: psicologia escolar clínica preventiva e a dimensão política do trabalho do psicólogo escolar.

Os dados pesquisados indicaram também que foi somente em 1983, que uma modificação oficial foi efetivada no Serviço de Psicologia Escolar, quando da sua transferência do Departamento de Saúde Escolar para o Departamento de Planejamento – DEPLAN, levando os psicólogos escolares a comporem o quadro técnico educacional, junto com assistentes pedagógicos, orientadores educacionais, diretores e supervisores de ensino, até 1985. Nesse momento, o Serviço de Psicologia Escolar procurou definir sua participação, na perspectiva de contribuir mais efetivamente com o trabalho desenvolvido pela equipe escolar. É possível considerar que nesse período, pode se efetivar um redimensionamento, tanto técnico como político, da atuação do psicólogo escolar, o que faz supor que novas ações pudessem se consolidar nos anos seguintes.

Entretanto, ao serem conhecidos os movimentos seguintes, pode-se apreender que houve uma impossibilidade de apropriação por parte dos psicólogos escolares de novas propostas, para a construção de um projeto de atuação em novas bases. Importante registrar que a queixa escolar era ainda determinante para que o trabalho se realizasse na escola.

Em 1986, quando o Serviço de Psicologia Escolar voltou a pertencer aos quadros do Departamento de Saúde Escolar, perdeu-se definitivamente qualquer possibilidade para a consolidação de um novo projeto de atuação para a Psicologia Escolar. Até a extinção do Serviço, ao final de 1989, os psicólogos permaneceram isolados em suas unidades, sem perspectiva de reunirem-se para planejamento e/ou avaliação do trabalho. Ao que parece, mesmo que quisessem, nesse momento, não encontrariam espaço para discussão nos órgãos da categoria. Pode-se afirmar que os psicólogos escolares da prefeitura adormeceram. Além disso, ao que parece, desconheciam as transformações, já em andamento no sistema público de saúde brasileiro, que definiriam a extinção do Serviço de Psicologia Escolar e a transferência do Departamento de Saúde Escolar – DSE, da Secretaria de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde.

Importante relembrar a justificativa oficial dada para a transferência do DSE. Com base no novo modelo de atenção à saúde mental, o Serviço foi avaliado negativamente, por manter uma concepção profilática atrasada e procedimentos legitimadores, no campo da saúde, de problemas institucionais gerados na dinâmica interna das escolas. Assim, a escola passaria a encaminhar para as Unidades Básicas de Saúde – UBS para triagem realizada por equipe multiprofissional; após a triagem e dependendo da necessidade, as crianças seriam encaminhadas para psicodiagnóstico e atendimento terapêutico, ou suas famílias e educadores seriam orientados. A escola poderia ainda receber o trabalho de uma equipe de saúde mental, caso persistisse nos encaminhamentos, para compreender e intervir no movimento da instituição.

Embora alguns psicólogos escolares tenham resistido às propostas, considerando que a extinção do Serviço de Psicologia Escolar caracterizaria o rompimento com qualquer possibilidade de se construir um plano que refletisse a concepção que enfatizava a atenção primária em saúde, quase nada pode ser feito. A transferência foi definitiva.

Um último esforço partiu de um pequeno grupo que conseguiu trabalhar por empréstimo entre a Secretaria da Saúde e da Educação, no antigo DEPLAN e agora denominado Departamento de Orientação Técnica – DOT, participando de equipes responsáveis por diferentes programas implantados na rede de ensino – Programa de Alfabetização de Crianças, Programa de Alfabetização de Adultos, Programa de Orientação Sexual, Programa de Integração entre o que conhecemos hoje ensino fundamental I e II (4ª e 5ª série), dentre outros. Entretanto, essa possibilidade teve curta duração. Encerrou-se qualquer perspectiva de permanência de psicólogos vinculados à Secretaria da Educação.

Para terminar, fica a expectativa de que este trabalho seja uma referência ao enfrentamento das tensões, ambiguidades e contradições ainda presentes nesse campo. Um indicador para a importância de se conhecer e refletir sobre um passado recente e prospectar novos projetos, em especial, no serviço público.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. Algumas reflexões acerca dos fundamentos da abordagem social. *In*: BROZEK, J.M.; MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna** – versão brasileira (p. 363-374). São Paulo: Unimarco/Loyola. 1998.

ANTUNES, M. A. M. **Psicologia no Brasil – leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: Educ/Unimarco. 1999.

ANTUNES, M. A. M. Lourenço Filho. *In*: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP. p. 209-211. 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO - APP. **Anais do I Ciclo de Debates sobre o Atendimento Psicológico a Escolares**. São Paulo: APP. 1978.

ASSOCIAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO - APP. **Planejamento do Trabalho do Psicólogo em Entidades Públicas: áreas de atuação em Psicologia Escolar, Clínica e Social**. São Paulo: APP. 1980.

AZEVEDO, F.; TEIXEIRA, A.; LOURENÇO FILHO; *et al.* **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. 1932. Disponível em: https://download.inep. gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 3 nov. 2024.

AZZI, E. A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil. *In*: SOCIEDADE DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO, **Boletim de Psicologia** Sociedade de Psicologia de São Paulo, São Paulo. vols. XVI e XVII, n. 47 a 50, p. 47-61. 1965.

BAPTISTA, M. T. Madre Cristina *In*: CAMPOS, R. H. F. (Org.) **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP. p. 213-216. 2001a.

BAPTISTA, M. T. **Madre Cristina.** *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP. Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira, vol. 06. 2001b.

BERTONE, A. A. **As ideias e as práticas: a construção do SUS**. Dissertação de mestrado profissional em administração de saúde. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. 2002. Disponível em: https://inesco.org.br/arquivos/publicacoes/livros/construcao_sus/construcao_sus.pdf. Acesso 10 out. 2024.

BRASIL. **O Parque Infantil e Seu Valor na Educação Popular**. Rio de Janeiro: Distrito Federal [1930-1940?].

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934. http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei 4119**. 27 ago. 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.119%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201962.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20os%20cursos%20de,regulamenta%20a%20profiss%C3%A3o%20de%20psic%C3%B3logo.&text=Art.,de%20bacharelado%2C%20licenciado%20e%20Psic%C3%B3logo. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Lei 5540**. 28 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL **Lei nº 5692**. 11 ago. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2024.

CAMARGO, P. F. CARDODO, F. H.; MAZZUCHELLI, F.; MOISÉS, J. A.; KOWARICK, L.; ALMEIDA, M. H; SINGER, P. I.; BRANT, V. C. **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Loyola. 1975.

CAMPOS, R. Introdução à Historiografia da Psicologia. *In*: BROZEK, J. M. & MASSIMI, M. **Historiografia da Psicologia Moderna** – versão brasileira. **São Paulo:** UNIMARCO/Loyola. p. 15-19. 1998.

CIAMPA, F. C. & MALDOS, C. R. **Olhares de Madre Cristina** Brasília: Conselho Federal de Psicologia, [filme-vídeo, 43min.] 2001.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP06. **Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos**. São Paulo: CRP06. 1994.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO – CRP06 Ana Maria Poppovic *In*: **Linha do Tempo da Psicologia**. 2001. Acesso em: 22 out. 2024.

CONTINI, M. L. J. Discutindo o conceito de Promoção de Saúde no Trabalho do Psicólogo que atua na Educação *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia Ciência e Profissão.** Brasília: CFP. n.2, p. 46-59. 2000.

CORREIO escolar. **Correio Paulistano**. São Paulo. Jornal. 2º caderno, jul. p. 3. 1956.

ENSINO Preocupado com Psicologia Infantil. **Folha da Tarde**. São Paulo. Mar. p. 21. 1977.

ESTADO DE SÃO PAULO. SEECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da Secretaria**. São Paulo: Governo do estado de São Paulo. 1983.

FARIA, A. L. G. **Educação Pré-Escolar e Cultura**. Campinas: Unicamp. São Paulo: Cortez. 1999.

FAUSTO, B. A Revolução de 1930. *In*: MOTA, C. G. **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel. p. 227-255. 1978.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp/FDE. 1995.

GARCIA, R. L. **Orientação educacional: o trabalho na escola**. São Paulo: Loyola. 1990.

GUIRADO, M. Preocupação com Saúde [depoimento] *In*: CONSELHO REGIONEL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Uma profissão chamada psicologia***:* **CRP-06, 20 anos**. São Paulo: CRP06, p. 122. 1994.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras. 1998.

JACKSON, A. I.; CAVALLARI, C. D. **Estudo sobre a inserção dos psicólogos nas Unidades Básicas de Saúde**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Cadernos CRP-06, 1991.

JAPIASSU, H. **A Psicologia dos Psicólogos**. Rio de Janeiro: Imago. 1979.

KHOURY, Y. Psicologia Escolar (Org.) *In*: RAPPAPORT, C. R. **Temas básicos de psicologia**. **São Paulo: EPU.** vol. 1. 1984.

KHOURY, Y. Influência na educação [depoimento] *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos**. São Paulo: CRP06, p. 123. 1994.

KUHLMANN JR., M. A. A circulação das ideias sobre a educação de crianças: Brasil, início do século XX. *In*: FREITAS, M. C. & KUHLMANN JR., M. (Orgs.) **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, p. 459-503. 2002.

LADEIA, C. R. Educação e política: onde situar o psicólogo? *In*: **ANAIS DO I CONPSIC**. São Paulo: CRP06, p. 126-140. 1991.

LOPEZ, A; MOTA, C. G. ***História do Brasil: uma interpretação***. São Paulo: Senac. 2008.

MACIEL, R. Discussão que deixa doente [depoimento] *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos**. São Paulo: CRP06, p. 99. 1994.

MARCONDES, D. B. **Noções Gerais de Higiene Mental da Criança**. São Paulo: Martins Editora. 1946.

MASINI, E. S. **Ação da Psicologia na Escola**. São Paulo: Moraes. 1981.

MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo: Ática. 1978.

MENDES, E. G. Paulo Duarte. *In*: **Revista Comemorativa dos 60 anos da USP - Perfis de Mestres**. 1994. https://www.scielo.br/j/ea/i/1994.v8n22/ Acesso 22 out. 2024.

MIRANDA, N. ***Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos***. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, São Paulo. 1941.

NEVES, W. M. J. **O Psicólogo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo: Atividade e Representação – subsídios para uma definição profissional**. Dissertação de mestrado, Programa pós-graduado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 1989.

MARIO de Andrade. https://www.ebiografia.com/mario_andrade/. Acesso em: 22 out. 2024.

NUNES, C. Anísio Spínola Teixeira *In*: Favero, M. L. A. e Britto, J. M. **Dicionário de Educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: MECINEP, p. 56-61. 1999.

OZELLA, S. **O Ensino de psicologia social no Brasil - um estudo sobre o pensar e o agir de seus professores**. Tese de doutoramento. Programa pós-graduado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 1991.

PARENTE, S. M. B. A**. Em busca da comunicação significativa: transformações no olhar de uma analista na clínica da inibição intelectual. Momentos de um Percurso** –experiência institucional. Tese de Doutorado, Programa pós-graduado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2005.

PATTO, M. H. S. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1981.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia - uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1984.

PEREIRA, L. Brasil: etapa contemporânea. *In*: FENELON, D. R. (Org.) **50 Textos de História do Brasil**. São Paulo: Hucitec, p. 180-185. 1974.

PILAGALLO, O. **O Brasil em Sobressalto: 80 anos de História contados pela Folha**. São Paulo: Publifolha. 2002.

POPPOVIC, A. M. Atitudes e Cognição no Marginalizado Cultural *In*: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico**s. Brasília: MEC/INEP. 1972.

POPPOVIC, A. M. **Alfabetização: disfunções psiconeurológicas**. São Paulo: Vetor. 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. FERNANDO DE AZEVEDO. **Fernando de Azevedo**. São Paulo: PMSP. n.d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **ATO nº 767** [Cria o Serviço Municipal de Jogos e Recreio – localização, organização e instalação dos Parques de Jogos Infantis]. São Paulo: PMSP. 1935.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO **ATO nº. 861** [Organiza o Departamento de Cultura, responsável pelo Serviço de Parques Infantis]. São Paulo: PMSP. 1935.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**. Decreto Lei 333**. [Cria a Secretaria de Cultura e Higiene e Divisão de Assistência e Recreio responsável pelos Parques Infantis]. São Paulo: PMSP. 1945.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei 430**. [Desmembra a Secretaria de Cultura e Higiene em: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com os departamentos de Cultura e Educação, Assistência e Recreio e a Secretaria de Higiene]. São Paulo: PMSP. 1947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei 333**. [Estrutura o ensino primário na capital]. São Paulo: PMSP. 1956.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei nº. 2549**. [reorganização do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, desdobrando-o em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência]. São Paulo: PMSP. 1956.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA; SETOR DE PSICOLOGIA. **Curso destinado aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis**. São Paulo: PMSP. 1959.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO **Lei 7037**. [Reestrutura a Secretaria da Educação e Cultura, criando os departamentos: de ensino e assistência escolar]. São Paulo: PMSP. 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DIVISÃO DE ORIENTAÇAO TÉCNICA; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Projeto de Alfabetização**. São Paulo: PMSP. 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DIVISÃO DE ORIENTAÇAO TÉCNICA; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **A Experiência da prefeitura Municipal de São Paulo em Educação Infantil**. São Paulo: PMSP. 1975.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Portaria nº. 2025** [Fixa as atribuições para os psicólogos escolares do Departamento de Assistência Escolar]. São Paulo: PMSP. 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Decreto 15002** [Reorganiza a Secretaria Municipal de Educação]. São Paulo: PMSP. 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Considerações Gerais sobre a Implementação do Currículo Pré-Escolar**. São Paulo: PMSP. 1980a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Programação Específica de Educação Infantil**. São Paulo: PMSP. 1980b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Decreto 17429** [Altera a denominação do Departamento de Assistência Escolar para Departamento de Saúde Escolar]. São Paulo: PMSP. 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Informações Gerais sobre a Estrutura e o Funcionamento das Escolas Municipais de Educação Infantil**. São Paulo: PMSP. 1981a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Quadro Norteador do Trabalho de Prontidão**. São Paulo: PMSP. 1981b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. Período Preparatório. São Paulo: PMSP. 1981c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Algumas Considerações sobre o Ajustamento Escolar**. São Paulo: PMSP. 1981d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. [Conjunto de textos de diversos autores]. São Paulo: PMSP. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Plano de Caracterização Escolar para Atendimento Psicológico**. São Paulo: PMSP. 1982a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Considerações sobre o Atendimento Psicológico à 1ª série**. São Paulo: PMSP. 1982b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE FONOAUDIOLOGIA. **Orientação Fonoaudiológica**. São Paulo: PMSP. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983**. São Paulo: PMSP. 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; CENAFOR/MEC. **Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP – atualização para psicólogos e fonoaudiólogos. São Paulo: PMSP.** 1983.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Proposta Inicial de Plano de ação para 1984**. São Paulo: PMSP. 1984a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Descrição de Atividades Desenvolvidas pelo Psicólogo Escolar**. São Paulo: PMSP. 1984b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO; SEÇÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR. **Caracterização de alunos repetentes de dois ou mais anos na 1ª série**. São Paulo: PMSP. 1984c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Decreto 21084** [Altera a subordinação do Serviço de Psicologia Escolar da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar – DSE para o Gabinete do Departamento de Planejamento e Orientação – DEPLAN, da Secretaria Municipal de Educação]. São Paulo: PMSP. 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO. **Programa de I Grau – Primeira Série**. São Paulo: PMSP. 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei 10675** [Reorganiza o Departamento de Saúde Escolar e cria a Divisão de Psicologia]. São Paulo: PMSP. 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Decreto 27695** [Transfere o Departamento de Saúde Escolar – DSE da Secretaria Municipal de Educação – SME para a Secretaria de Higiene e Saúde – SHS]. São Paulo: PMSP. 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Para compreender a atual política municipal de saúde mental do governo democrático e popular da cidade de São Paulo**. São Paulo: PMSP. 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – MEMÓRIA TÉCNICA DOCUMENTAL. **O Ensino Municipal na Cidade de São Paulo**. São Paulo: PMSP. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **São Paulo em Números 2000 – 2001** (caderno n. 9). São Paulo: PMSP. 2001.

PSICÓLOGO Escolar na Área Municipal. **Folha da Tarde.** São Paulo, 19 de maio, p. 11. 1982.

RAMOS, A. **A creança problema: a hygiene mental na escola primária**. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional. 1939.

REIS, J. R. T. Conflito entre Profissões [depoimento] *In*: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos**. São Paulo: CRP06. p. 98. 1994.

SAGAWA, R. Y. Durval Marcondes. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PASICOLOGIA de Psicologia, **Coleção Pioneiros da Psicologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP. vol. 11. 2002.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez e Autores Associados. 1988.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA– 6ª REGIÃO. **Anais do I Encontro de Psicólogos na Área de Educação**. São Paulo: CRP06. 1980.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO. **Anais do II Encontro de Psicólogos na Área de Educação**. São Paulo: CRP06. 1981.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª REGIÃO. **Seminário sobre Modelo de Atuação do Psicólogo na Área de Educação. Modelo Clínico X Modelo Educacional**. **São Paulo: CRP06.** 1982.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA– 6ª REGIÃO. **III Encontro de Psicólogos na Área da Educação**. São Paulo: CRP06. 1983.

SINDICATO DOS PSICÓLOGOS DO ESTADO DE SÃO PAULO; CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA– 6ª REGIÃO. **O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo**. **São Paulo: São Paulo: Cortez.** 1984.

SOLA, L. O Golpe de 37 e o Estado Novo. *In*: MOTA, C. G. (Org.) **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel. p. 256-282. 1978.

TAVERNA, C. S. R. **Um Estudo Histórico sobre a Psicologia Escolar na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo**. Tese de doutoramento. Programa pós-graduado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. 2003.

WOODWARD, W. R. Rumo a uma historiografia crítica na psicologia. *In*: BROZEK, J.M.; MASSIMI, M. *IN* **Historiografia da Psicologia Moderna – versão brasileira**. São Paulo: UNIMARCO/Loyola. p. 61-87. 1998.

ANEXO

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
		1930 – Lourenço Filho publica "Introdução ao Estudo da Escola Nova". **1931** – IV Conferência Nacional de Educação. **1932** – publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; – Programa Educacional Nacional – Código de Educação (elaborado por Fernando de Azevedo) 1ª lei que trata da abertura dos Parques Infantis. **1934/38** – Fábio da Silva Prado é prefeito da cidade de São Paulo. **1934** – Constituição da República, indica a aplicação de 10% da renda resultante de impostos dos municípios, na manutenção dos sistemas educativos. (art. 156)

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1935 – Ato nº 767. Criação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios, ligado diretamente ao prefeito, para atender crianças de 3 a 12 anos – criados três Parques Infantis. – Ato nº 861, criação da Divisão de Educação e Recreio, no Departamento de Cultura, responsável pelos Parques Infantis. – Nicanor Miranda é chefe da Divisão de Educação e Recreio.	**1935** – Paulo Duarte é consultor jurídico do prefeito. – Mario de Andrade é o diretor do Departamento de Cultura e Recreação. – realização do I Congresso das Municipalidades Paulistas.
	1936 – criação da Seção de Parques Infantis, subordinada à Divisão de Educação e Recreio no Departamento de Cultura.	
	1937 – realização do primeiro concurso público para o ingresso dos instrutores nos Parques Infantis: educadores normalistas e professores de Educação Física. – contratação de educadores sanitários para os Parques Infantis.	**1937** – as instalações dos Parques Infantis, passam a abrigar, no período noturno, os Centros de Menores Operários e os Centros de Moças.
1945 – data presumida da criação do Setor de Orientação Psico-Pedagógica na Divisão de Assistência e Recreio da Secretaria de Cultura e Higiene.	**1938** – publicação de coleção de fotos, provavelmente para divulgação das atividades realizadas nos sete Parques Infantis do município de São Paulo (legendas e introdução em português e inglês).	**1938/45** – Francisco Prestes Maia é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1941 – Nicanor Miranda, chefe da Divisão de Educação e Recreio, publica "Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos", pelo Departamento de Cultura. – a cidade de São Paulo conta com sete Parques Infantis nos bairros: Brás, Mooca, Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana.	**1941** – a prefeitura do Distrito Federal mantém dois Parques Infantis, anexos aos Centros Cívicos Distritais, localizados no Engenho de Dentro e na Gávea. – em Porto Alegre são onze os Parques Infantis e vinte e seis no interior do estado do Rio Grande do Sul. – em Manaus é criado o Serviço Municipal de Parques Infantis, com a construção do primeiro parque. – o governo baiano instala um parque na Colônia de Férias de Bogari. – na cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais é inaugurado um Parque Infantil.
	1945 – criação da Secretaria de Cultura e Higiene com a Divisão de Assistência e Recreio, responsável pelos Parques Infantis.	**1945/47** – Abrahão Ribeiro é prefeito da cidade de São Paulo. – Ignácio Proença de Gouvêa é o diretor do Departamento de Cultura.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1947 – transformação do Setor de orientação Psico-Pedagógica em Setor de Psicologia Clínica, no qual é criado o Laboratório de Investigações Educacionais. – criado no Laboratório de Investigações Educacionais o Serviço de Fonética.	**1947** – Decreto-Lei n. 430. Criação da Secretaria de Educação e Cultura e da Secretaria de Higiene, pelo desdobramento da Secretaria de Cultura e Higiene. – a Divisão de Assistência e Recreio é transformada em Departamento de Educação, Assistência e Recreio, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. – é criado o cargo de Secretário de Educação, assumido por Diógenes Augusto Certain, em 08/07 permanecendo até 22/10. – o quadro de profissionais dos Parques Infantis, sob a responsabilidade do Departamento de Educação, Assistência e Recreio é composto por: instrutor, pessoal formado em Educação Física; Educador Sanitário, formado pela faculdade de Higiene; Educador Musical, formado em conservatório; Educador Recreacionista, professor normalista (jardineiras e educadores); médicos; dentistas e encarregados de limpeza. – colocado um responsável pelo Parque Infantil, com funções administrativas (geralmente um educador sanitário ou recreacionista).	**1947** – um dos objetivos da Secretaria da Educação e Cultura é "difundir o ensino primário, vocacional e profissional". – criação dos Recantos Infantis: "áreas livres e praças, nos bairros centrais, para atendimento de crianças de 3 a 12 anos". – Cristiano Stockler das Neves é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1951/52 – Nélson Marcondes do Amaral é Secretário da Educação.	**1951/53** – Armando de Arruda Pereira é prefeito da cidade de São Paulo.
	1951 – Cantídio Nogueira Sampaio é o Secretário da Educação durante os meses de fevereiro a julho.	**1951** – Pierre Weil realiza na Secretaria de Educação e Cultura conferência "Como Organizar a Orientação Profissional em São Paulo".
		– transformação dos Centros de Moças e Rapazes em funcionamento nos Parques Infantis, no período noturno, em Centros de Formação Doméstica e Centros Populares de Cultura.
	1952/53 – Pedro Brasil Bandecchi é Secretário da Educação.	
	1955/56 – João Baptista Gonçalves Accioli é Secretário da Educação.	**1955/1956** – Juvenal Lino de Mattos é prefeito da cidade de São Paulo.
	1956/57 – Henrique Richetti é Secretário da Educação.	**1956/57** – Wladimir de Toledo Pizza é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1956 – criação do Serviço de Assistência ao Escolar no Departamento de Educação, Assistência e Recreio, ao qual o Setor de Psicologia Clínica passa a ser submetido. Esse serviço conta também com médicos e dentistas, que passam a dar assistência à criança e ao adolescente matriculado em qualquer série.	**1956** – Projeto de Lei n. 2549. Encaminhado pelo prefeito à Câmara Municipal, para o desdobramento do Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência. – Lei 331 desdobra o Departamento de Educação, Assistência e Recreio em Departamento de Educação e Departamento de Recreação e Assistência. – criação de 34 novos Parques Infantis. – criação do Grupo Escolar do Jaçanã, o primeiro "Grupo Municipal de Ensino Primário", "com a finalidade de proporcionar educação primária e gratuita à infância em geral, bem como a assistência médico-educacional aos educandos".	**1956 –** diretrizes do Ministério da Educação para a municipalização do ensino. – O Ensino Primário Vocacional, na prefeitura de São Paulo, passa a ser realizado através do Sistema Escolar Municipal: ensino primário fundamental; ensino primário complementar vocacional; ensino primário supletivo-elementar. – As Escolas Municipais isoladas são agrupadas, criando-se 4 Regiões Escolares, subdivididas em 20 Setores Escolares. **1957** - "As unidades educativas (Escolas Primárias Agrupadas Municipais, Parques Infantis, Bibliotecas Infanto-Juvenis) situadas no mesmo subdistrito, passam a funcionar coordenadamente sob a denominação de Centro Municipal de Educação".

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
		1958/61 – Adhemar Pereira de Barros é prefeito da cidade de São Paulo.
1959 – Setor de Psicologia Clínica oferece cursos aos dirigentes de Parques e Recreios Infantis. Os cursos tratam de temas relativos à personalidade, liderança, ajustamento e desenvolvimento motor, de linguagem, social, intelectual, moral e de interesses, e sobre oligofrenia.	**1959** – organização da Secretaria de Educação e Cultura em 3 Departamentos: de Cultura; de Ensino Primário; de Educação Assistência e Recreio, – O Departamento de Educação, Assistência e Recreio é composto pelo Serviço de Parques Infantis e pelo Serviço de Assistência ao Escolar. – Levy de Azevedo Sodré é o Secretário da Educação.	**1959** – instituído o Ensino Municipal de Ciclo Secundário (curso ginasial) e criação de cursos intensivos de admissão aos candidatos à 1ª série do curso ginasial.
	1961/63 – Carlos de Andrade Rizzini é Secretário da Educação.	**1961/65** – Francisco Prestes Maia é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1961 – criação de um Setor de Psicologia Clínica, subordinado ao Setor de Psicologia da Seção Técnica Educacional do Departamento de Educação, Assistência e Recreio junto ao Centro Municipal de Educação da Mooca – Clínica Psicológica da Mooca. – oficializada a assistência psicoterápica à criança e ao adolescente.	**1961** – Decreto n. 5100. Autoriza o funcionamento do Centro Educacional da Mooca, subordinado ao Departamento de Educação, Assistência e Recreio, para a realização de atividades relativas à assistência médico social, psicoterápica, alimentar, educacional e recreativa a serem prestadas à criança e ao adolescente. O Centro Educacional abriga em seu quadro de pessoal, médico psiquiatra, psicólogo clínico, psicopedagogo, assistente social, educador recreacionista, e professor de educação física. – Fernando de Azevedo é Secretário da Educação.	**1961** – Lei 4024, Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.
1962 – O Setor de Psicologia, constituído na Seção Técnica Educacional ganha novas instalações na região do Ibirapuera e passa a chamar-se Clínica Psicológica Ibirapuera.	**1963/65** – Adelpha S. Rodrigues Figueiredo é Secretária da Educação.	**1964** – criação das classes de aplicação no Departamento de Ensino Primário, "destinadas à realização de estágio para o aperfeiçoamento de professores", pelo Decreto n. 6015.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
		1965/69 – José Vicente Faria Lima é prefeito da cidade de São Paulo. **1966** – criação do Ensino Pré-Vocacional, com instalação das escolas primeiramente nos bairros mais populosos e de maior concentração industrial.
1967 – criação da Seção de Psicologia Clínica, na Divisão de Assistência Médica do Departamento de Assistência Escolar, composta pela Clínica Psicológica da Mooca e Clínica Psicológica do Itaim (antiga Ibirapuera).	**1967** – Lei nº 7037 cria na Secretaria Municipal de Educação, o Departamento Municipal de Ensino e o Departamento de Assistência Escolar. – o Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura é composto pelas Divisões: de Assistência Médica, Assistência Odontológica, Assistência e Nutrição. – Araripe Serpa é Secretário da Educação no período da reorganização da Secretaria de Educação e Cultura. – inicia-se os estudos para uma programação pedagógica para os três graus de educação pré-escolar apoiados "na idéia que as atividades desenvolvidas nas classes de pré-escola reduziria os índices de reprovação na escola primária". **1968** – criação das classes de pré-primário nos Parques Infantis	**1968** – criação da Escola Técnica de Comércio Municipal.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1969 – Paulo Ernesto Tolle é Secretário da Educação de abril a setembro. – José Luiz de Anhaia Mello é Secretário da Educação durante o mês de outubro.	
	1969/71 – Paulo Zingg é Secretário da Educação.	**1969/71** – Paulo Salim Maluf é prefeito da cidade de São Paulo.
	1971 – Definição das linhas de atuação do Serviço de Supervisão nos Parques Infantis: nas áreas de Educação Física, Musical e Pedagógica, com atividades de orientação quanto ao plano de ensino, racionalização do trabalho, uso de material didático-pedagógico, estreitamento das relações das unidades com os pais dos educandos.	**1971** – Reforma na Educação Nacional - Lei nº 5692. Novas Diretrizes e Bases. – inicio na Rede Municipal de Educação, de forma oficial, da Escola de 1º grau integrada – ampliada para oito anos de educação obrigatória.
	1971/73 – Paulo Nathanael Pereira de Souza é Secretário da Educação.	**1971/73** – José Carlos de Figueiredo Ferraz é prefeito da cidade de São Paulo.
	1972 – estabelecimento de programação regular na educação pré-escolar. – a especialização Pré-Primária passa a ser obrigatória ao educadora recreacionista – Lei 7725 do Município de São Paulo.	**1972 –** reestruturação do Departamento Municipal de Ensino – criação dos cargos de: Assistente Pedagógico, Orientador Educacional, Orientador Pedagógico e de Secretário de Escola.
	1973 – Paulo Vilhaça é Secretário da Educação.	**1973/75** - Miguel Colassuono é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1974/75 - Roberto Ferreira do Amaral é Secretário da Educação. **1974/76** - são instaladas classes de ensino pré-escolar nas Escolas Municipais de Primeiro Grau – EMPG, de acordo com o Plano de Educação Infantil – Planedi.	
1974 – Seção de Psicologia realiza levantamento para caracterização da população encaminhada às Clínicas Psicológicas do Itaim e Mooca. Provavelmente são utilizados os testes: Metropolitano de Prontidão, de Organização Perceptiva de N. Santucci – Pré-Bender, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia e Avaliação de Prontidão para Alfabetização.	**1974** – elaborada a estrutura curricular para as escolas municipais de educação pré-escolar. – a equipe de supervisão Técnica da Seção de Currículo, Programas, Métodos e Processos do Departamento Municipal de Educação propõe Projeto de Alfabetização para que o professor assessorado pelo assistente pedagógico e demais membros da equipe escolar possa diagnosticar o nível de rendimento de sua classe e planejar o trabalho de alfabetização.	
	1975/79 – Hilário Torloni é Secretário da Educação.	**1975/79** – Olavo Egidio Setúbal foi prefeito.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1975 – Início do Programa Piloto de Psicologia Escolar da Seção de Psicologia. Provavelmente continuam sendo utilizados os testes: Metropolitano de Prontidão, de Organização Perceptiva de N. Santucci – Pré-Bender, a Escala de Maturidade Mental Colúmbia e Avaliação de Prontidão para alfabetização, além de uma avaliação psico-pedagógica aplicada por professores para caracterização das crianças de 1ª série.	**1975** – elaboração de pesquisa por Ana Maria Poppovic e colaboradoras (Fundação Carlos Chagas), financiada pela Fundação Holandesa Van Leer, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação, "com o objetivo de encontrar soluções capazes de sanar as desvantagens apresentadas pelas crianças marginalizadas culturalmente, no desempenho escolar, na Capital".	**1975** – a Secretaria de Educação e Cultura foi desdobrada em duas secretarias: Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura; – o Departamento de Educação e Recreio passou a ser denominado Departamento de Educação Infantil e os parques, recantos e recreios passaram a ser denominados Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEI. **1976** – Lei n. 8389 institui o Ensino Supletivo, com o objetivo de promover a alfabetização de jovens e adultos que não puderam ter escolarização básica.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1977 – Portaria n. 2025 define as funções do psicólogo escolar da Seção de Psicologia da Divisão Médica do Departamento de Assistência ao Escolar. – contratação de psicólogos escolares. – treinamento realizado por psicólogos escolares para diretores e professores das escolas municipais de educação infantil e professores das classes de pré-primário localizadas nas escolas municipais, abordando os seguintes temas: desenvolvimento infantil, privação cultural, maturidade para a prontidão. – O Jornal paulistano Folha da Tarde publica: "Ensino preocupado com Psicologia Infantil" – destacando-se: "os problemas psicológicos e sócio-culturais da criança começam a ser levantados em profundidade pelas escolas municipais, quando cerca de 860 educadores são treinados por psicólogos para estarem alertas aos primeiros sintomas de distúrbios psíquicos e afetivos entre seus alunos".	**1977** – Setor de Orientação Educacional do Departamento Municipal de Ensino propõe um Projeto Piloto de Orientação Escolar para a Organização de Classes de 1ª série através da utilização de testes. O projeto seria desenvolvido por orientadores educacionais assessorados por psicólogos da Clínica do Itaim, para possibilitar a diminuição do elevado índice de retenção na 1ª série, através da organização de classes com dados de nível mental e maturidade dos alunos. – Setor de Orientação Educacional do Departamento Municipal de Ensino propõe um Projeto de Orientação de Estudos para a 4ª série.	**1977** – Realização do I Censo Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo. – Lei n. 8519 institui a Carreira do Magistério Municipal, com os cargos de: supervisor regional de educação, inspetor escolar, orientador pedagógico de ensino de 1º grau e de educação infantil, diretor de escola de 1º grau, de escola de educação infantil, de escola de ensino supletivo, de escola de deficientes auditivos, assistente pedagógico de ensino de 1º grau e de educação infantil, orientador educacional, professor de educação infantil, professor de ensino de 1º grau, professor de deficientes auditivos, de educação doméstica e artes aplicadas, educador musical e secretário de escola.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1978 – a Seção de Psicologia da Divisão de Assistência Médica passou a ser composta com Serviços da Clínica do Itaim e da Mooca e de Psicologia Escolar. – realização do I Ciclo de Debates sobre Atendimento Psicológico a Escolares, com a apresentação das atividades realizadas pelos psicólogos desde o projeto piloto em 1975. Publicado em Anais, o volume é composto por: A Assistência Psicológica a Escolares na PMSP; Projeto Psicoeducacional para atendimento às deficiências de aprendizagem; Grupos de Mães nas Escolas; Uso da análise Transacional em Grupos de orientação de Mães; Um Estudo sobre o Desenho da Figura Humana de Crianças de Sete Anos das Escolas da PMSP; Monitoria como um Sistema Integrado de Trabalho junto a alunos de Nível I (1ª a 4ª série) e II (5ª a 8ª série) das Escolas de 1º Grau da PMSP – Aspectos Psicopedagógicos; e Levantamento do repertório de comportamentos considerados básicos à alfabetização.	**1978** – Decreto n. 15002. A Secretaria Municipal de Educação foi reorganizada, passando a constituir-se dos órgãos: Superintendência Municipal de Educação- SUPEME; Departamento de Planejamento, Orientação e Controle – DEPLAN; Departamento de Assistência Escolar. – publicação no jornal Folha de São Paulo (31/12/78): "[...] uma das metas da Secretaria (Municipal de Educação) é reduzir o índice de repetência na 1ª série entre 5 e 10%. Em 1976 a retenção escolar chegou a 44%; em 77 caiu para 39% [...] espera-se ver diminuído esse índice entre 32 a 38% em relação a este ano".	**1978** – Lei n. 8694 impõe a unificação do Ensino Municipal compreendendo as áreas de educação infantil, 1º e 2º graus, supletivos e de deficientes auditivos. – criação de cinco Delegacias Regionais de Educação, correspondentes às regiões: Norte, Sul, Leste, Sudeste e Oeste. – alteração do quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Educação, criando-se os cargos de: delegado regional de educação, supervisor regional de educação de 1º grau e de educação infantil e assistente de diretor.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1979 – mudança de chefia na Seção de Psicologia e proposta de um Projeto de Psicologia Comportamental a ser seguido por todos os psicólogos escolares. – mudança de chefia da Seção de Psicologia e proposta de unificação dos trabalhos realizados pelos psicólogos escolares através de cursos, grupos de estudo e reuniões.	**1979/83** – Jair de Moraes Neves é Secretário da Educação.	**1979/82** – Reynaldo Emygdio de Barros é prefeito da cidade de São Paulo.
1980 – psicólogos escolares participam do curso Planejamento do Trabalho do Psicólogo em Entidades Públicas: áreas de atuação em Psicologia Escolar, Clínica e Social, organizado pela Associação dos Psicólogos da Prefeitura, contendo: elementos de planejamento, saúde no Brasil, educação e sociedade, análise da instituição, papel do psicólogo, níveis de intervenção: primária, secundária, terciária, intervenções junto à equipe institucional, comunidade e criança e adolescente, recursos e estratégias e avaliação.	**1980** – Departamento de Planejamento – Deplan elabora orientação escrita aos professores de pré-escola relativa a informações gerais sobre a estrutura e o funcionamento das escolas municipais de educação infantil.	

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1981 –mudança de chefia da Seção de Psicologia, com a proposta de manutenção da estrutura dos serviços e a integração do Serviço de Psicologia Clínica e fonoaudiologia com o Serviço de Psicologia Escolar e deste com o Departamento de Planejamento, Orientação e Controle do Ensino de 1º grau e de educação infantil.	**1981** – Decreto n. 17429 altera a denominação do Departamento de Assistência Escolar para Departamento de Saúde Escolar. – Departamento de Planejamento – Deplan elabora um quadro norteador do trabalho de prontidão.orientação escrita aos professores de pré-escola. – Setor de Currículo, Programas, Métodos e Processos do Departamento de Planejamento, Orientação, controle elabora orientação: Período Preparatório, abordando as funções psiconeurológicas, operações cognitivas e linguagem oral. – Setor de Orientação Educacional do Departamento de Planejamento elabora orientação sobre algumas considerações sobre o ajustamento escolar a partir da interação professor-aluno e do clima psicológico da sala de aula.	**1981** – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia organizam o II Encontro de Psicologia Educacional. **1982/83** – Antonio Salim Curiati é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1982 – psicólogos escolares recebem orientação escrita sobre: - plano de caracterização escolar para atendimento psicológico: roteiro de entrevistas com professor, assistente pedagógico e orientador educacional (diagnóstico baseado na queixa escolar para atendimento específico). - considerações sobre o atendimento psicológico a 1ª série: provavelmente para divulgação dos propósitos do Serviço de Psicologia Escolar no trabalho com alunos multirepetentes. - orientação fonoaudiológica: para encaminhamento às clínicas psicológicas. Provavelmente uma proposta do plano de integração clínica-escola. – chefia da Seção de Psicologia concede entrevista ao jornal Folha da Tarde, abordando a estrutura e funcionamento do serviço de psicologia escolar – "o psicólogo é encaminhado para a escola de acordo com o índice de repetência e o número de classes de 1ª série", plano de integração do atendimento clínico e escolar – "alterando o enfoque de atendimento [...] tentando a utilização de todas as técnicas e estratégias possíveis para se solucionar o problema na escola em primeira instância, e caso necessite de atendimento clínico, de forma a possibilitar a absorção imediata pós diagnóstico".	**1982** – o Departamento de Planejamento – DEPLAN utiliza textos de diversos autores, provavelmente para treinamento de orientadores educacionais e/ou assistentes pedagógicos, sobre os aspectos sociológicos e antropológicos do desenvolvimento infantil e aprendizagem; a questão política da educação popular; saúde mental da criança; atitudes e cognição do marginalizado cultural; educação construtivista; sobre a dinâmica grupal e institucional; ajustamento escolar e sobre o papel do professor, aos quais os psicólogos escolares tiveram acesso.	**1982** – Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e Conselho Regional de Psicologia organizam o Seminário sobre Modelo de Atuação do Psicólogo na Área de Educação. – Portaria n. 9517 implanta o Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Infantil e das Escolas de 1º Grau do Município de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1983/85 – Guiomar Namo de Mello é Secretária da Educação.	**1983/85 –** Mario Covas é prefeito da cidade de São Paulo.
1983 – o Serviço de Psicologia Escolar do Departamento de Saúde Escolar é transferido ainda em caráter não oficial para o Departamento de Planejamento - Deplan, ambos da Secretaria Municipal de Educação. – Seção de Psicologia elabora Programa de Trabalho do Setor de Psicologia Escolar para atuação no 2º semestre de 1983 dentro do Plano Emergencial da Secretaria Municipal de Educação, contendo apresentação, histórico, formação do setor e situação atual, projetos, integração escolas municipais de educação infantil e classes de pré-primário das escolas municipais com o ensino de 1º grau, atendimento à 1ª série, distribuição dos psicólogos na rede municipal de ensino e formas de avaliação, como forma de apresentar a nova administração da Secretaria Municipal de Educação as atividades realizadas. – Seção de Psicologia elabora ficha de caracterização de 1ª série e roteiro de relatório escolar para encaminhamento psicológico.	**1983** – Departamento de Planejamento – Deplan organiza Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de ensino para especialistas de educação da escola de 1º grau e educação infantil, diretor, assistente e auxiliar de diretor e supervisor de ensino, com o objetivo de "analisar os meios que tornem possíveis a reapropriação da competência profissional por parte dos educadores, considerando a necessidade de uma prática inteligente e responsável". Utiliza textos referentes à: professora e aluno na escola básica; a escola e a política; fracasso escolar, criação de uma relação de ajuda; planejamento educacional; supervisão de ensino; orientação educacional, dentre outros.	**1983** – Realização do 2º Congresso Estadual de Educação. – o atendimento pré-escolar passa a destinar-se a crianças de 4 a 6 anos e 6 meses, com a Portaria n. 398/83 da Superintendência Municipal de Educação.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
– Departamento de Planejamento (Deplan) organiza a Capacitação de Recursos Humanos da Rede Municipal de Ensino da PMSP, para atualização de psicólogos e fonoaudiólogos. O curso tem por objetivo "analisar a função dos psicólogos e dos fonoaudiólogos a partir de uma visão abrangente da Educação e do posicionamento do especialista como educador considerando sua prática e a legislação que regulamenta a sua função".		
1984 – Seção de Psicologia elabora a proposta inicial de Plano de Ação para este ano, para atuação nos níveis do Departamento de Planejamento, Delegacias Regionais de Ensino e Escolas de 1º grau e de Educação Infantil. – Seção de Psicologia Escolar realiza uma caracterização de alunos repetentes de dois ou mais anos na 1ª série de escolas municipais de São Paulo. – Seção de Psicologia oferece curso para professores de pré-escola de uma região da cidade de São Paulo sobre aspectos do desenvolvimento infantil: desenvolvimento psicomotor e socialização.	**1984** – O Departamento de Saúde Escolar elabora documento sobre seus objetivos e atividades. – O Departamento de Planejamento elabora uma orientação para o período preparatório, contendo sugestões de atividades para quinze dias de trabalho.	

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
– Seção de Psicologia apresenta Projeto de uma sala modelo e ludoteca de uma EMEI de Campo Limpo. – Seção de Psicologia apresenta a descrição das atividades desenvolvidas pelo psicólogo escolar.		
1985 – Decreto n. 21084. Altera a subordinação do Serviço de Psicologia Escolar da Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar para o Gabinete do Departamento de Planejamento e Orientação – Deplan. – Seção de Psicologia elabora uma proposta de trabalho para atendimento psicológico às escolas da rede municipal tendo por objetivo redimensionar a ação do psicólogo na Secretaria Municipal de Educação.	**1985** – Departamento de Planejamento elabora estudo sobre o índice de retenção nas 1ª e 5ª séries. – Departamento de Planejamento elabora orientação para professores no trabalho com classes de 1ª série que apresentam dificuldades de aprendizagem. – Departamento de Planejamento elabora Programa de 1º grau – 1ª série.	**1985** – Lei n. 9874 reestrutura a Carreira do Magistério Municipal, instituindo a evolução funcional do docente e especialista de educação. – Realizado o Congresso Comemorativo dos 50 Anos da Pré-Escola. – Discussão do Regimento Escolar de 1º e 2º graus e de Educação Infantil da prefeitura de São Paulo.
1986/88 –equipes de psicólogos escolares produzem orientação sobre sexualidade na pré-escola, para professores de educação infantil e sobre agressividade na sala de aula, para professores e equipe técnica das escolas de 1º grau.	**1986/88** – Paulo Zingg é Secretário da Educação.	**1986/88** – Jânio da Silva Quadros é prefeito da cidade de São Paulo.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
	1986 – Departamento de Planejamento elabora orientação aos professores quanto às características psicológicas do aluno do ensino supletivo. – Departamento de Saúde Escolar elabora Programa Férias Felizes, dirigido a monitores, dentre os quais psicólogos escolares, que deveriam desenvolver atividades educacionais, recreativas e nutricionais.	**1987** – A Divisão de Assistência Médica do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal da Educação oferece o 1º Curso de Formação de Monitores para Treinamento em Saúde Escolar e o Professor de Educação Física. – palestra proferida pela Profa. Dra. Arlete D' Antola sobre a disciplina em sala de aula no Departamento de Planejamento da Secretaria da Educação.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1988 – criação da Divisão de Psicologia composta pelas Seções de Apoio Técnico, de Psicologia clínica e de Psicologia Escolar, pela Lei n. 10675 que reorganiza o Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal da Educação. – equipe de psicólogos escolares elabora orientação para professores das escolas municipais sobre aspectos psicológicos da adolescência.		
	1989/91 – Paulo Réglus Neves Freire é Secretário da Educação. **1989** – reorganização parcial da Secretaria Municipal de Educação. – Decreto n. 27695. Transferência do Departamento de Saúde Escolar da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria de Higiene e Saúde.	**1989/92** – Luiza Erundina é prefeita da cidade de São Paulo. **1989** – a política educacional implantada tem como prioridades: democratização do acesso, democratização de gestão, nova qualidade de ensino, movimentos de alfabetização de jovens e adultos.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
		– o Decreto n. 27813 dispõe sobre a reorganização parcial da Secretaria Municipal da Educação. A Superintendência Municipal de Educação e o Departamento de Planejamento e Orientação ficam transformados em Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa e Departamento de Orientação Técnica e as Delegacias Regionais de Educação passam a denominar-se Núcleos de Ação Educativa. – criação do Centro de Multimeios na Coordenadoria dos Núcleos de Ação Educativa da Secretaria Municipal de Educação. – o Decreto n. 28313 institui o Programa Classes Comunitárias como forma alternativa para atendimento pré-escolar, com integração de Entidades Comunitárias. – criação do Projeto de Alfabetização de Adultos da Cidade de São Paulo – MOVA, através do Decreto n. 28302, em convênio com entidades e associações de bairros. – descentralização dos orçamentos, atribuindo mais recursos às unidades escolares.

A Psicologia na SME da PMSP	A Educação na PMSP	Alguns fatos ou eventos marcantes na educação no Brasil e na PMSP
1990 – extinção do Serviço de Psicologia Escolar.		**1990 –** Secretaria Municipal da Educação apresenta relatório sobre o trabalho realizado, denominado construindo a Educação Popular – Caderno 22 meses.
	1991/92 – Mario Sérgio Cortella é Secretário da Educação.	

SOBRE A AUTORA

Carmem Silvia Rotondano Taverna

Psicóloga, mestre, doutora e pós-doutora em Psicologia. Atuou como Psicóloga Escolar na Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde da Prefeitura de São Paulo. Foi docente e supervisora de estágios em Cursos de Graduação de Psicologia, com ênfase nas áreas: Psicologia Escolar, Psicologia da Educação e História da Psicologia. Participou no Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Psicologia – NEHPSI, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP e também do Grupo de Trabalho em História e Memória da Psicologia do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP/06.

Registro profissional: CRP 06/2756

E-mail: carmemtaverna@gmail.com

O currículo completo em: http://lattes.cnpq.br/5186914407235313

www.pimentacultural.com

Entre a Saúde e a Educação

o caso do Serviço de Psicologia Escolar da Prefeitura de São Paulo (1975 – 1989)

pimenta cultural